

Relatório da Administração 2011



CERMOFUL
sistema de gestão ambiental



ÍNDICE

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
CONJUNTURA ECONÔMICA	4
Ambiente macroeconômico	4
Ambiente regulatório	4
Tarifas de energia	5
Investimento remunerável	6
Distribuição de energia elétrica	6
Ligação de consumidores	6
Comportamento do mercado	6
Perdas e diferenças	7
Proinfra	7
Distribuição direta por classe de consumo	7
Receita	8
Receita líquida por classe	8
Número de consumidores	8
Tarifas	9
Qualidade do fornecimento	9
Atendimento ao consumidor	10
Tecnologia da informação	10
Novos negócios	10
Participações da CERMOFUL	10
Desempenho econômico-financeiro	10
Investimentos	11
Captações de recursos	11
Valor adicionado	11
Política de reinvestimento e distribuição das sobras	12
Composição do capital	12
Comportamento do preço das cotas partes	12
Atendimento aos associados	12
Gestão	12
Sistema de gestão de qualidade	13
Recursos humanos	13
Responsabilidade social	13
A CERMOFUL em números	13
Serviços executados em 2011	14
Troca de transformadores - Aumento de potência	15
Alimentadores	15
Padronizações de medição	15
Loteamentos	15
Vistorias	16
Iluminação pública	16
Plantão 24 horas	16
Aferição de medidores	16
Departamento técnico - Projetos elétricos	16
Balanco energético 2011	16
Conclusão	16
PLANO DE ATIVIDADES 2012	16
Investimentos em construção, ampliação e manutenção de redes	16
Infraestrutura - Manutenção preventiva	17
Infraestrutura - Equipamentos e outros	17
Infraestrutura – Subestação de 20/26.6 MVA - 69 KV	18
Sistema de Gestão Ambiental - SGA	18
Atividades sociais, culturais e lazer	18
Área de atuação da CERMOFUL	19
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	22
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	23
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	24

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	25
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	26
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	27
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	29
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	31
1. CONTEXTO OPERACIONAL	31
2. DAS PERMISSÕES	31
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	31
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	31
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34
5.1. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários	34
6. CONSUMIDORES	34
7. COMPOSIÇÃO DE CONTAS A RECEBER	34
7.1 Circulante	34
7.2 Não circulante	35
8. DEVEDORES DIVERSOS	35
9. SERVIÇOS EM CURSO	35
10. TRIBUTOS A COMPENSAR	35
10.1. Circulante	35
10.2. Não circulante	35
11. ESTOQUES	36
12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	36
13. TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER	36
14. OUTROS CRÉDITOS	36
14.1. Circulante	36
14.2. Não circulante	36
15. DEPÓSITOS JUDICIAIS	37
16. INVESTIMENTOS	37
17. IMOBILIZADO	37
18. INTANGÍVEL	38
18.1 Obrigações vinculadas a permissão do serviço público de energia elétrica	39
18.2 ITG 10 – Custo atribuído	39
18.3 - ITG 01 – Contratos de concessão/permissão	39
18.4 Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	39
19. FORNECEDORES	39
20. FOLHA DE PAGAMENTO	39
21. ENCARGOS DE DIVIDAS	40
21.1 Circulante	40
21.2 Não circulante	40
22. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	40
23. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	41
23.1. PIS e COFINS sobre faturamento	41
23.2 Tributos e contribuições sociais	41
24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	42
25. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	42
26. SUPRIMENTO	42
27. ENCARGOS SETORIAIS	42
28. OUTRAS CONTAS A PAGAR	43
29. PROVISÕES	43
29.1 Fiscais	43
29.2 Trabalhistas	44
29.3 Cível	44
29.4 Outras provisões	44
30. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	44
31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
31.1 Aplicação do ICPC 14 - Cotas de cooperados em entidades cooperativas	44
31.2 Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	44
31.3 Reservas de sobras	45
31.4 Sobras a distribuir	45

32. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	45
33. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	46
34. (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	46
35. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	46
36. DESPESAS OPERACIONAIS	46
36.1. Despesas de pessoal	46
36.2. Outras despesas operacionais	46
36.3 Outros	47
37. RESULTADO FINANCEIRO	47
38. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	47
39. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	48
40. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	48
41. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS	48
42. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	48
43. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE	49
44.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidades de negócio:	50
44.2 Conciliação das demonstrações de resultado:	50
45. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS	50
46. SEGUROS	50
47. BALANÇO SOCIAL	51
48. EVENTOS SUBSEQUENTES	51
ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	52
PARECER DO CONSELHO FISCAL - 2011	54
RELATÓRIO DE OPINIÃO DE AUDITORES INDEPENDENTES	55
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL - 2011	57
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL QUE APROVOU AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	58
Informações complementares	65
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2011	70
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011	73
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	75
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	76
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO	77
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	78
1. CONSUMIDORES	78
2. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	78
3. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS	79
3.1. Créditos fiscais federais.....	79
3.2. Créditos fiscais estaduais.....	79
4. INVESTIMENTOS	79
5. IMOBILIZADO	80
5.1. Ajuste	80
5.2. Imobilizado em serviço	80
5.3. Vida útil e taxas de depreciação	80
5.4. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica.....	81
5.5. Manual de Controle Patrimonial.....	81
5.6 – Bens totalmente depreciados	81
6. INTANGÍVEL	81
6.1. Ajuste	81
6.2. Composição do Intangível.....	82
7. PASSIVOS REGULATÓRIOS	82
8. RESERVAS DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	82
9. SOBRAS ACUMULADAS	82
10. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	82
10.1. Fornecimento energia elétrica	82
10.2 - Uso do sistema de distribuição.....	83
11. RECEITA DE ATIVIDADE NÃO VINCULADA	83
12. OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	83

12.1. Ajuste	83
12.2. Composição	83
13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PACELA “A”	83
14. RESULTADO EXTRAPERMISSÃO	83
14.1. Resultado financeiro	84
14.1.1 Receitas financeiras	84
14.1.2. Despesas financeiras.....	84
14.2. Resultado não operacional.....	84
14.2.1. Receitas não operacional	85
14.2.2. Despesas não operacionais	85
PARTICIPAÇÕES	86



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Associados

Cumprindo determinações legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício de 2011.

Em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2010, acompanhadas de parecer do conselho fiscal, parecer de auditores independentes e acrescida do balanço social.

Também apresentadas as demonstrações contábeis regulatórias na forma proposta pelo poder concedente (ANEEL) para atender as normas do setor elétrico brasileiro.

Demonstração do fluxo de caixa (DFC) e demonstração do valor adicionado (DVA) os quais são importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

Ata da reunião do conselho de administração que estabeleceu as diretrizes para as estimativas e provisões aplicadas ao balanço societário.

Ata da assembleia geral ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2011.

Publicação em nossa home-page de atuação de forma a consolidar a transparência da gestão.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Cenário

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL atua no segmento de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados nos 49 anos de sua existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº 40/2010 publicada em 02 de agosto de 2010, garante a continuidade, estabilidade de mercado em nossa área de atuação e a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O bom desempenho da economia municipal teve reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para a classe industrial com um incremento de 10,40% em relação a 2010. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 9,36 GWh, (7,80 GWh em 2010). No setor residencial, o consumo atingiu 20,06 GWh, (18,52 GWh em 2010). Somada, a demanda dos três setores representa 92% de toda energia distribuída pela CERMOFUL em 2010 (91% em 2010).

O reconhecimento público, com relação às medidas adotadas pela CERMOFUL, para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores e associados pode ser verificado com os constantes índices de satisfação dos serviços prestados, apresentados nas pesquisas realizadas pela CERMOFUL na sua área de atuação.

No âmbito social, a CERMOFUL vem buscando incessantemente a melhoria das condições sociais junto a sociedade, realizando eventos para beneficiar não somente seus associados, mas a sociedade em geral.

O projeto de recuperação do sistema elétrico de distribuição foi rigorosamente cumprido visto que integra o quadro de metas aprovadas em assembleia geral melhorando a qualidade dos serviços e o relacionamento com os associados consumidores.

No exercício social consolidou-se a implantação das tarifas reguladas de fornecimento aos associados consumidores do grupo "A" e "B", resultante de despacho publicado pela Aneel em 01 de julho de 2010 com vigência até 28 de setembro de 2011 e resolução homologatória Aneel nº 1.209 de 20 de setembro de 2011 com vigência de até 27 de setembro de 2012.

Projetos sociais desenvolvidos foram exitosos e propulsionam a gestão a metas mais arrojadas como a construção da subestação rebaixadora de 69 Kv com potencia instalação de 26,6 MVA.

Nosso objetivo de crescer integrados ao desenvolvimento será uma determinante para o ano em curso.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ambiente macroeconômico

A economia brasileira no ano de 2011 manteve a expansão com média taxa de crescimento e redução das taxas de juros e desemprego.

A crise continua em outros continentes não afetou drasticamente nossa economia que impulsionada pela manutenção do corte de impostos, ampliação do crédito e incentivos manteve o aquecimento da demanda.

A manutenção da valorização da moeda (R\$) continua ainda a expressar reflexos sobre o setor industrial que sustenta parte da venda de sua produção no mercado externo, situação que se mostra temerária para 2012 com o problema de ajuste de déficit que vem se registrando na economia mundial, principalmente no continente europeu.

A China continua sendo a ameaça vermelha ao mercado que desequilibra parâmetros de custos ao setor produtivo sustentado em seu baixo preço de mão de obra.

O mercado interno apresenta um grande risco representado pelo endividamento da população sustentado nas facilidades de crédito.

Ambiente regulatório

Decreto lei nº7.520 de 08/07/2011 publicado em 11/07/2011.

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências.

Decreto lei nº7.583 de 13/10/2011 publicado em 13/10/2011.

Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, e dá outras providências.

Decreto lei nº7.656 de 23/12/2011 publicado em 26/12/2011.

Altera o decreto nº7.520 de 08 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.

Resoluções normativas Aneel

Resolução normativa nº426 de 15/02/2011, publicada em 24/02/2011.

Prorroga os prazos estabelecidos nos incisos I e II do art. 221 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.

Resolução normativa nº431 de 29/03/2011, publicada em 30/03/2011.

Altera os arts. 146 e 223 e revoga o parágrafo 2º do art. 9º e o parágrafo 3º do art. 110 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010; e revoga a Resolução Normativa ANEEL 407 de 27.07.2010.

Resolução normativa nº432 de 12/04/2011, publicada em 12/04/2011.

Aprova a revisão 3 do Módulo 3, acesso ao sistema de distribuição, dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.

Resolução normativa nº433 de 12/04/2011 publicado em 15/04/2011.

Estabelece os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a título provisório, até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis.

Resolução normativa nº436 de 24/05/2011 publicado em 01/06/2011.

Prorroga os prazos estabelecidos no art. 218, parágrafo 6º, inciso II e no art. 221, incisos I e II, da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09.09.2010.

Resolução normativa nº 444 de 30/08/2011 publicado em 06/09/2011.

Aprova a revisão dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.

Resolução normativa nº 448 de 06/09/2011 publicado em 20/09/2011.

Altera a redação dos incisos II a V e insere o inciso VI no art. 224 da Resolução Normativa 414 de 09.09.2010.

Resolução normativa nº 465 de 22/11/2011 publicado em 01/12/2011.

Aprova a Revisão 3 do Módulo 2, a Revisão 4 do Módulo 6 e a Revisão 2 do Módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST; bem como altera art. 4º da Resolução Normativa ANEEL 395 de 15.12.2009.

Resolução normativa nº 469 de 13/12/2011 publicado em 26/12/2011.

Aprova a Revisão 4 dos Módulos 1 e 8 e a Revisão 5 do Módulo 6 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST.

Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12 de maio de 2004 e dá outras providências.

Resolução normativa nº 470 de 13/12/2011 publicado em 22/12/2011.

Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12 de maio de 2004 e dá outras providências.

Resolução homologatória nº 1.209 de 20/09/2011 publicado em 28/09/2011 com retificação publicada em 18/10/2011.

"Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as tarifas de usos dos sistemas de distribuição – TUSD, fixa o valor anual da taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE referentes a Cooperativa Fumacense de Eletricidade – Cermoful, bem como homologa as tarifas de suprimento da distribuidora Celesc distribuição S.A – CELESC para CERMOFUL".

Resolução autorizativa nº 3.036 de 16/08/2011 publicado em 25/08/2011.

Autoriza a criação pela Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL de conjunto de unidades consumidoras.

Despacho nº 3.697 de 13/09/2011 publicado em 14/09/2011.

Registra sob o nº 8015 e 8016 de 2011 os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e o termo aditivo ao 1º contrato, celebrado entre a Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL e a Celesc Distribuição S.A.

Tarifas de energia

As tarifas de fornecimento atuais em vigor homologadas pela Resolução Aneel nº 1.209 de 20 de setembro de 2011, com vigência até 27 de setembro de 2012, quando ocorrerá novo reajuste tarifário.

A revisão tarifária periódica somente ocorrerá em setembro de 2014, quando se completará o primeiro ciclo, podendo ser prorrogado caso não aprovada a metodologia de revisão as permissionárias.

A permissão é beneficiada com a redução do fator X, fixado em 0% (zero por cento) até a segunda revisão tarifária.

Investimento remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e almoxarifado de operação, deduzida às obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultando no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela "B" da receita requerida pela permissionária, dados demonstrados em nota explicativa.

A natureza jurídica cooperativa determina uma variável significativa na base de remuneração, considerando que, são sociedades regidas por lei específica a que se deve observar o disposto no texto da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971:

“Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

A característica sem fins lucrativos determina a exclusão do capital próprio do cálculo para fins de remuneração de investimentos.

Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL distribui energia elétrica no município de Morro da Fumaça com poligonais envolventes nos municípios de Içara, Criciúma, Urussanga, Pedras Grandes e Cocal do Sul, atendendo 11.016 associados consumidores em sua área de permissão.

A administração continua a concentrar esforços para obter melhores condições de fornecimento ao grupo de associados consumidores, com tarifas reduzidas, de forma a promover o desenvolvimento social de sua área de atuação.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 609 novas ligações com destaque para: 332 residenciais, 94 comerciais, 08 rurais, 172 industriais, 01 consumo próprio e 02 serviços públicos, totalizando 11.016 consumidores atendidos pela CERMOFUL, número 2,53% superior ao ano de 2010.

Comportamento do mercado

A CERMOFUL não possui geração de energia elétrica, tendo todo seu suprimento efetuado pela CELESC Distribuição S.A.

	Balanco Energético em GWh		
	2011	2010	%
Celesc	95,15	93,12	2,18
Proinfa	-	-	-
Geração Própria	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	95,15	93,12	2,18
Disponibilidade			
Consumidores - Distribuição Direta	90,27	82,30	9,68
Consumidores livres	-	-	-
Concessionárias	-	-	-
Energia contratual	-	-	-
Energia de curto prazo	-	-	-
Fornecimento	90,27	82,30	9,68
Perdas e Diferenças	5,14%	11,62%	(55,77)

Perdas e diferenças

Os percentuais das perdas do ano de 2011 refletem a realidade de mercado visto que no exercício de 2011 já está contemplado o ajuste do calendário de suprimento.

Proinfa

No exercício de 2011, foram contabilizados os montantes físicos e financeiros estabelecidos na resolução homologatória nº 1.101 de 17/12/2010 e publicada em 22/12/2010, que estabelece as quotas de custeio do Proinfa para o exercício de 2011 e ajustada pela resolução 1.209 de 20 de setembro de 2011, publicada em 28 de setembro de 2011.

Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica na área de atuação da CERMOFUL no ano de 2011 foi de 90,27 milhões de quilowatts-hora, tendo apresentado crescimento de 9,68% em relação a 2010.

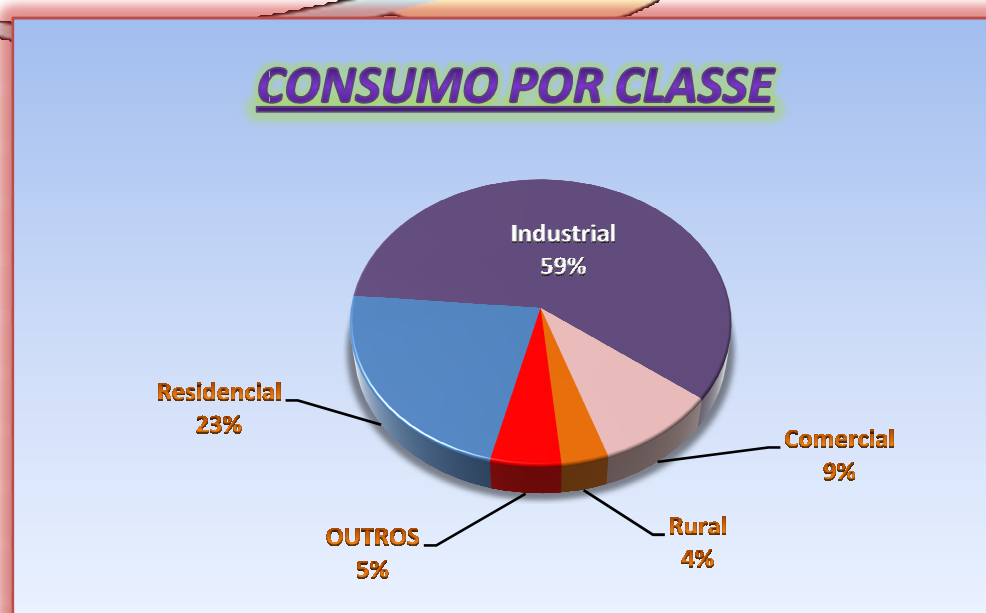
Os consumos que mais contribuíram para esse resultado foram da classe industrial e comercial. Na classe industrial, o desempenho em 2011 foi de 10,40% em relação a 2010, que se deve à implantação de novos seguimentos produtivos.

A classe comercial apresentou aumento de 20,00% no consumo de energia elétrica, mostrando que esse setor mantém-se em crescimento constante nos últimos anos.

A classe residencial apresentou evolução de 8,32%, refletido pelo aumento no número de ligações de unidades consumidoras na classe.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Classe	Consumo por Classe em GWh		
	2011	2010	%
Residencial	20,06	18,52	8,32
Industrial	53,51	48,47	10,40
Comercial	9,36	7,80	20,00
Rural	2,69	3,00	(10,33)
Outros	4,65	4,51	3,10
Total	90,27	82,30	9,68



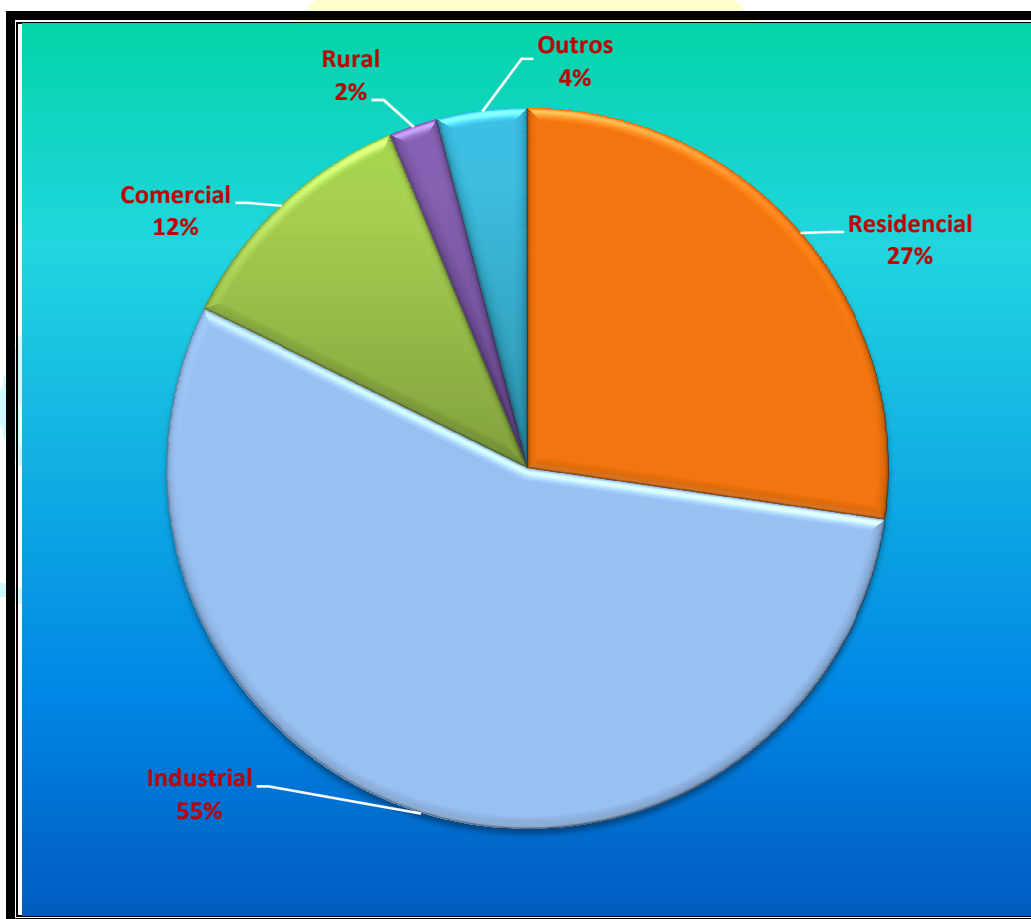
Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 24.611 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2011	2010	%
Residencial	6.713	6.250	7,41
Industrial	13.541	11.697	15,76
Comercial	2.826	2.441	15,77
Rural	537	601	(10,82)
Outros	994	867	14,76
Total	24.611	21.856	12,61

Fonte: Departamento comercial - CERMOFUL (2011).

Receita líquida por classe



Fonte: Departamento comercial - CERMOFUL (2011).

Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2011, apresentou um crescimento de 2,53% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2011	2010	%
Residencial	8970	8.777	2,20
Industrial	390	228	71,05
Comercial	868	852	1,88
Rural	671	765	(12,29)
Outros	117	122	(4,10)
Total	11.016	10.744	2,53

Tarifas

-A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2011, atingiu R\$ 272,60 por MWh.

O aumento na tarifa média de fornecimento é resultante da fixação das tarifas de suprimento e fornecimento a permissionária a partir de 02 de agosto de 2010, reajustadas em 28 de setembro de 2011.

Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh sem ICMS

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh
Residencial	334,67
Industrial	253,05
Comercial	302,02
Rural	199,78
Poder Público	332,64
Outros	191,12

Qualidade do fornecimento

- Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são, o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

DEC e FEC CERMOFUL 2011

Conjunto Cermoful	2011	2010	%
DEC (horas)	11,99	6,22	92,76
FEC (interrupções)	9,44	13,42	(29,66)
TMD (minutos)	10,88	11,38	(4,39)
TMA (minutos)	46,58	43,19	7,85

No exercício de 2011, atendendo a determinação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a CERMOFUL utilizou apenas 01 conjunto, denominado Conjunto CERMOFUL, para melhor análise e apuração de índices de continuidade.

Legenda dos indicadores:

DEC - expressa o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado de fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

FEC - exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos.

TMD - tempo médio de deslocamento (expresso em minutos).

TMA - tempo médio de atendimento (expresso em minutos).

Atendimento ao consumidor

O atendimento ao consumidor é realizado através do sistema CRM (Relacionamento e Atendimento a Clientes) que registra as reclamações transferindo-as ao Centro de Operações da Distribuição (COD) que se encontra instalado em espaço especialmente preparado para este departamento.

Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (*comunicação lógica*) e atendimento ao consumidor (*processamento, suporte e infra-estrutura*).

Em 2011 mantivemos nossos sistemas de gestão atualizados de forma a satisfazer as determinações societárias e regulatórias.

Novos negócios

Os conhecimentos da permissionária determinam estratégias que permitam a redução de custos, aumentando sua capacidade de investimento e ofertar a seus associados consumidores alternativas de serviços.

No ambiente empresarial e de mercado em que a permissionária opera, é fundamental assegurar qualidade, como o atendimento pleno das necessidades dos associados consumidores.

Participações da CERMOFUL

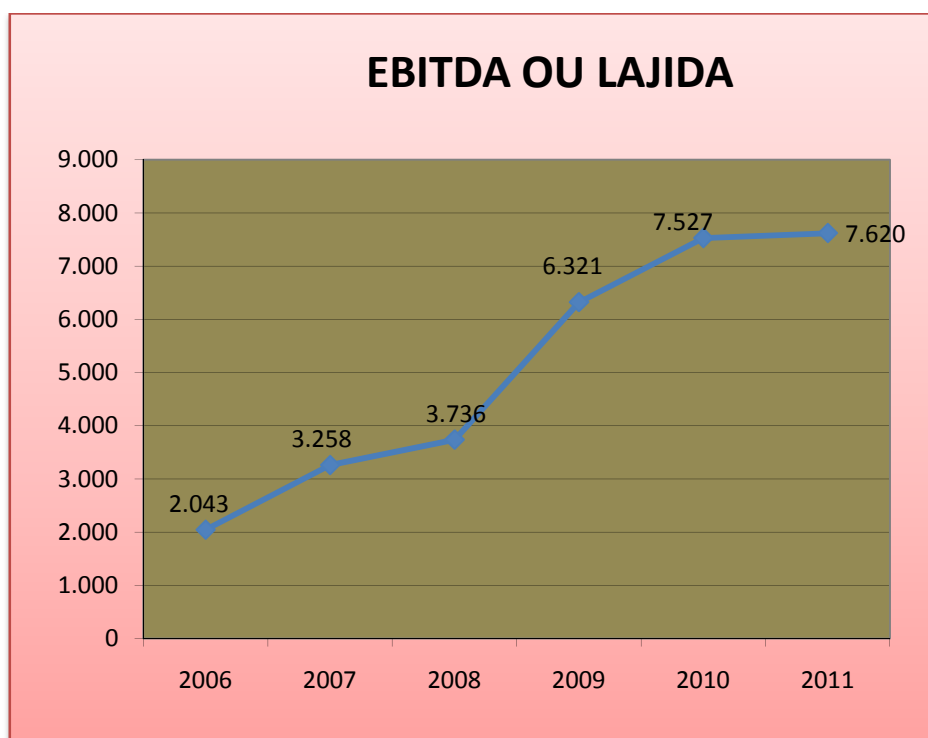
Empresas	Investimento (em R\$ mil)	Negócio
SC Geracoop	5	Geração de Energia
Fecoerusc	4	Federação Cooperativas
Coop. Extremo Sul	26	Oficina Cooperativas
Sicoob/SC - Credija	121	Banco Cooperativa

PCH Santa Rosa - No exercício de 2011, a Cermoful alienou sua participação no empreendimento PCH Santa Rosa no valor de R\$ 1.827 mil, retirando-se a CERMOFUL da sociedade.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2011, a sobra líquida do exercício antes das destinações estatutárias foi de R\$ 3.957 mil, contra R\$ 2.841 mil em 2010, um aumento de 39,28%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 22.878 mil, enquanto que, em 2010, situou-se em R\$ 21.334 mil. Esse acréscimo de 7,24% é resultante do aumento da receita com fornecimento de energia elétrica.

As despesas operacionais totalizaram em 2011, o montante de R\$ 16.818 mil, 6,35% superiores em relação a 2010.



O EBITDA ou LAJIDA sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foram de R\$ 7.620 mil, superior em 1,24% a 2010, que foi de R\$ 7.527 mil, conforme evolução abaixo:

Investimentos

Em 2011, os investimentos da CERMOFUL importaram em R\$ 3.455 mil, 20,54% inferiores em relação a 2010, conforme quadro a seguir:

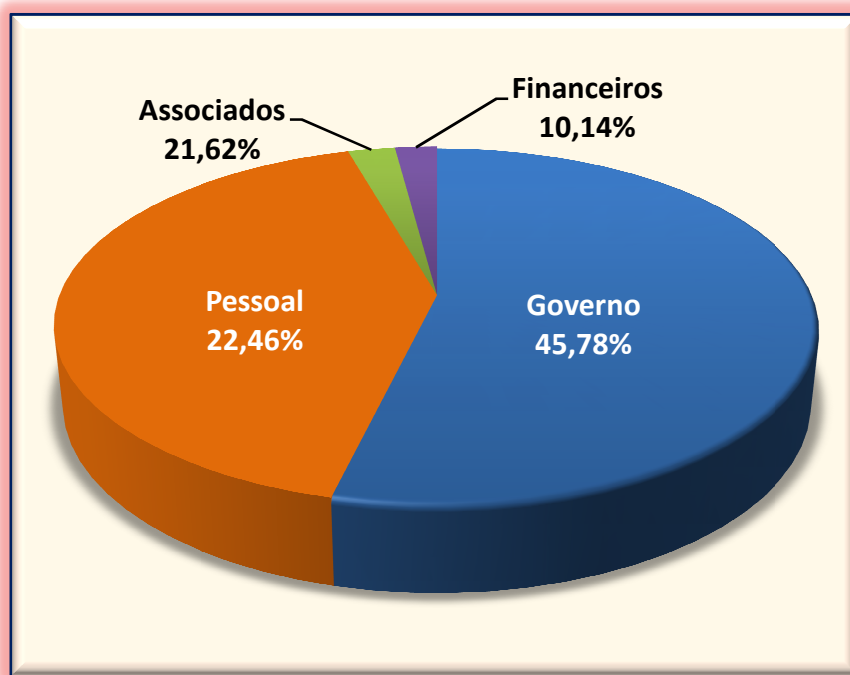
	Investimentos		
	2011	2010	%
Obras de geração	-	1.200	-
Obras de distribuição	2.307	2.594	(11,06)
Administração	1146	445	257,53
Comercialização	2	109	(1.834)
Total	3.455	4.348	(20,54)

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos no ano, a CERMOFUL captou um total de R\$ 3.455 mil dos fundos estatutários e sobras do exercício.

Valor adicionado

Em 2011, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERMOFUL foi de R\$ 18.300 mil, representando 57,07% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição das sobras

Aos associados é garantido estatutariamente a destinação das sobras líquidas do exercício, as quais serão destinadas em assembleia geral ordinária.

Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da CERMOFUL era de R\$ 12.094 mil, sendo composto por 12.093.739 cotas partes com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Comportamento do preço das cotas partes

No exercício de 2011, por meio da assembleia geral extraordinária, do dia 21/01/2011, a CERMOFUL realizou reforma do estatuto social mantendo os valores da quantidade mínima de subscrição de cotas partes para admissão na CERMOFUL, em 30 (trinta) cotas partes. Com relação ao valor nominal da cota parte, se manteve ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real) por cota parte.

Atendimento aos associados

A característica de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, faz com que a CERMOFUL coloque a disposição dos seus associados a Central de Atendimento, instalada na sua sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Bif, nº. 151, Centro, Morro da Fumaça, Santa Catarina. Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones 0800 6432616.

Gestão

Planejamento empresarial: Os rumos da CERMOFUL vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento estratégico por meio de cenários alternativos. Em 2011 foi dada continuidade a implantação da estratégia empresarial e a padronização dos trabalhos, envolvendo gerentes e profissionais de todos os setores da CERMOFUL.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Sistema de gestão de qualidade

Em 2011, foram mantidas as atividades relacionadas com a gestão de qualidade implantadas quando da certificação ISO 9001:2008 e outros cursos e seminários relacionados com gerenciamento da gestão de qualidade.

Recursos humanos

No ano de 2011, a CERMOFUL investiu R\$ 101 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores. De modo a manter a CERMOFUL a par da evolução, nas áreas tecnológicas e gerenciais, oferecendo aos colaboradores oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais. A educação contínua nas áreas de qualidade, de segurança, de gestão e de extensão universitária (cursos técnicos, graduação e especialização).

Responsabilidade social

Cada vez mais, a CERMOFUL vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da CERMOFUL.

A CERMOFUL em números

Atendimento	2011	2010	%
Número de consumidores	11.016	10.744	2,53
Número de empregados	57	55	3,63
Número de consumidores por empregado	193	195	(1,02)
Número de localidades atendidas	6	6	-
Número de agências	1	1	-
Número de postos de atendimento	1	1	-

Mercado	2011	2010	%
Área de Permissão (Km²)	139,05	139,05	-
Demanda máxima (MWh/h)	18.744	17.687	5,98
Distribuição direta (GWh)	90,18	82,30	9,58
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.672	2.054	(18,59)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	272,60	265,74	2,58
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	334,67	337,25	(0,07)
Comercial	302,02	312,87	(3,47)
Industrial	253,05	241,33	4,85
Rural	199,78	200,40	(0,3)
Suprimento (compra)	95,15	90,51	5,12
DEC (horas)	11,99	6,22	92,76
População antecipada - Urbana (em milhares de habitantes)	30	28	7,14
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2	2	-
FEC (número de interrupções)	9,44	13,42	(29,66)
Número de reclamações por 11.016 consumidores	208	1.504	(86,17)

Operacionais	2011	2010	%
Linhas de distribuição MT/BT (Km)	532,45	511,17	4,16
Capacidade instalada (MVA)	56,77	52,3	8,96
Financeiros	2011	2010	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	32.066	28.491	10,89
Receita operacional líquida (R\$ mil)	22.878	21.334	5,98
Margem operacional líquida (%)	18,90	25,87	(26,94)
EBITDA ou LAJIDA	7.620	7.527	1,24
Sobra líquida (R\$ mil)	3.957	2.841	39,28
Sobra líquida por lote de mil quotas	327,30	250,34	30,74
Patrimônio líquido (R\$ mil)	23.896	19.227	24,28
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000,00	1.000,00	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	16,56	14,78	12,04
Endividamento do patrimônio líquido (%)	52,05	79,92	(34,87)
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários	3.174	3.109	2,09
Energia Gerada/Comprada por Funcionário (MWh)	1.669	1.693	(1,42)
Energia Gerada/Comprada por Consumidor (MWh)	8,64	8,67	(0,35)
Retorno de Ativos por Unidade	10,89	10,55	3,22

Fontes: População atendida - IBGE 2009
Número de reclamações médias no setor comercial/COD
DEC e FEC referentes ao exercício de 2011

Serviços executados em 2011

Redes de distribuição, ampliação, melhoria e manutenção preventiva

Morro da Fumaça

Bairros:

Centro

Rua Prefeito Vergílio Maccari – implantação de uma nova instalação transformadora para remanejamento de carga com a IT 4053.

Rua Tereza Mariana de Jesus – reforma e ampliação de 350m de rede mista AT/BT e implantação de uma nova instalação transformadora IT 4602 45kVA.

Bairro Menino Jesus

Rua Projetada - 361mts de rede de BT

Estação Cocal

Rodovia Genésio Mazzon - 3200mts de rede mista AT/BT mais implantação de 5 novas instalações transformadoras e reforma de 2, somando um total de 225kVA.

Criciúma

Bairros: **Linha Batista**
Rua Alfredo Schaukoski - 277mts de rede mista e implantação de transformador de 30kVA

Loteamento Marli
Rua Primavera - 196mts de rede mista e remanejamento de carga entre as instalações transformadoras nº 4404 e 4406.

Cocal do Sul

Bairros: **Rio Comprudente**
Estrada Geral Rio Comprudente- 360mts de rede mista AT/BT, mais 206mts de rede BT e implantação de nova instalação transformadora com potência de 30kVA

Troca de transformadores - Aumento de potência

Em 2011, a CERMOFUL efetuou a substituição de 31 transformadores, somando 1.322,5KVA para aumento de potência, garantindo assim energia elétrica com maior qualidade para os associados e consumidores. Foram alterados os seguintes transformadores:

- Transformador de 15 para 25KVA - 04 unidade
- Transformador de 15 para 45KVA - 01 unidade
- Transformador de 30 para 45KVA - 01 unidades
- Transformador de 15 para 75KVA - 01 unidade
- Transformador de 45 para 75KVA - 09 unidades
- Transformador de 45 para 112,5KVA - 04 unidades
- Transformador de 75 para 112,5KVA - 06 unidades
- Transformador de 75 para 150KVA - 02 unidades
- Transformador de 112,5 para 150KVA - 01 unidade
- Transformador de 112,5 para 225KVA - 02 unidades

Alimentadores

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL, no exercício de 2011 sempre esteve buscando a melhoria contínua no que se diz respeito a qualidade de seus serviços prestados e no ano de 2011 realiza a energização do seu quarto Alimentador (MUA 04) com capacidade de 7,5 MVA que possibilita o remanejamento de carga entre os alimentadores MUA 01, 02 e 03, mais principalmente o alimentador MUA 02, que já se encontrava no limite de sua carga, conseguiu-se o equilíbrio das cargas entre os alimentadores.

Também foram executados serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de distribuição, com equipes especializadas que trabalham com as redes energizadas sem interromper o fornecimento de energia elétrica aos consumidores (linha viva), melhorando os índices de qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica, conforme determina ANEEL através dos indicadores DEC e FEC da distribuidora.

Padronizações de medição

No exercício de 2011, a CERMOFUL efetuou a padronização de 241 unidades consumidoras, sem que os custos de mão de obra fossem repassados aos associados.

Loteamentos

Realização de várias parcerias com proprietários de loteamentos de forma a implantar os projetos das redes de distribuição, conforme normas da FECOERUSC e resoluções da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Vistorias

Durante o exercício de 2011 foram efetuadas 1.12624 vistorias em unidades consumidoras, o que contribuiu para redução das perdas elétricas do sistema de distribuição, gerenciamento do setor comercial e a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, conforme determina a Resolução ANEEL nº 414 de 15 de setembro de 2010. Na classe industrial, a CERMOFUL há vários anos utiliza a medição eletrônica nas unidades consumidoras do Grupo A, o que permite uma melhor análise dos dados dos consumidores.

Iluminação pública

No exercício de 2011, a CERMOFUL registrou 1.737 atendimentos a iluminação pública na sua área de atuação.

Plantão 24 horas

O centro de operação da distribuição - COD, no exercício de 2011, atendeu a 7.437 chamados em diversas localidades, como falta de energia, verificação de nível de tensão, troca de disjuntor e outras ocorrências, bem como, correção e manutenção no sistema de distribuição e orientações sobre o manuseio e uso correto de energia elétrica aos consumidores e associados.

Aferição de medidores

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL efetuou 28 aferições de medidores a pedido de consumidores no exercício de 2011.

Departamento técnico - Projetos elétricos

O departamento técnico da CERMOFUL analisa e aprova a padronização das instalações elétricas dos novos estabelecimentos implantados na área de atuação da CERMOFUL. Com o objetivo de garantir maior segurança e confiabilidade às novas instalações, é necessário à apresentação de projeto elétrico onde é instalada a unidade consumidora com mais de 30 kW de carga instalada ou de 200M² de área construída. No exercício de 2011, foram analisados 163 projetos, sendo: 60 residenciais, 41 industriais e 62 comerciais.

Balanco energético 2011

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL, no exercício de 2011, adquiriu da concessionária Celesc Distribuição S.A., responsável pelo suprimento de energia elétrica da Cooperativa, o montante de 95.155 MWh/ano e distribuiu o equivalente a 90.218 MWh/ano, tendo um percentual de perda de 5,19% ou 4.937 MWh/ano.

Conclusão

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL vem executando obras no sistema de distribuição de energia elétrica, objetivando maior confiabilidade e segurança aos usuários, garantindo assim uma energia de qualidade, monitorando e otimizando os indicadores de qualidade estabelecidos pela ANEEL e reduzindo as perdas técnicas no sistema de distribuição. Também está sendo utilizado o processo de construção e manutenção preventiva e corretiva do sistema de distribuição de energia elétrica com equipes que trabalham com redes energizadas, linha viva, evitando desligamentos e melhorando a qualidade da energia elétrica fornecida.

PLANO DE ATIVIDADES 2012

Para que o crescimento e o desenvolvimento desta cooperativa continuem, a diretoria apresenta os principais investimentos para o ano de 2012, juntamente com alguns investimentos destinados a parte social desenvolvida pela CERMOFUL.

Investimentos em construção, ampliação e manutenção de redes

Infraestrutura - Redes de distribuição, ampliação e manutenção

Com o crescimento constante da demanda de energia pelos nossos consumidores, a continuidade nos investimentos em redes é a garantia da qualidade no fornecimento de energia elétrica. E para o ano de 2012, a diretoria da CERMOFUL, apresenta os principais projetos a realizarem-se neste ano:

Endereço Obra	Tipo de Investimento	VALOR TOTAL (R\$)mil
Rua João de Rochi - Estação Cocal / Cocal do Sul, Etapa 02	Reforma e Ampliação	R\$ 148
Rua João de Rochi - Estação Cocal / Cocal do Sul, Etapa 03	Reforma e Ampliação	R\$ 152
Estrada Geral - Rua João de Rochi / Rio Comprudente. Quintino Padoin - Linha Bortolatto	Reforma	R\$ 180
Rua Independência - Bairro Napolini, Morro da Fumaça	Reforma	R\$ 30
Estrada Geral Morro da Lagoa (TROCA DE CABO AT)	Reforma	R\$ 7
Rua Diomicio Freitas	Ampliação	R\$ 54
Rua Eugenio Pagnan	Reforma e Ampliação	R\$ 30
Reforma Estrada Geral Aceso Ribeirão da Areia - Paralelo a Rod. Genézio Mazon.	Reforma	R\$ 28
Rua Hernesta Teixeira Cardoso	Reforma	R\$ 20
Rua Emilia Silva	Reforma	R\$ 10
Circuitos de BT de Loteamentos	Melhoria - Nível de Tensão	R\$ 300
TOTAL DE OBRAS		R\$ 979

Infraestrutura - Manutenção preventiva

Tipo de Manutenção	VALOR TOTAL (R\$)mil
Substituição de Isoladores	R\$ 56
Redimensionamento de Transformadores	R\$ 180
Despesa com Linha Viva	R\$ 180
Ampliação e Manutenção Iluminação Publica	R\$ 60
Medidores	R\$ 95
TOTAL DE OBRAS	R\$ 571

Infraestrutura - Equipamentos e outros

Tipo de Equipamento	Quantidade	Valor Total (R\$)mil
Analizador de Energia em Média Tensão	01	R\$ 28
Banco Regulador de Tensão	01	R\$ 175
Religador	03	R\$ 150
Aquisição de veículo Toyota - CS	01	R\$ 70
Aquisição de veículo Toyota – CS com cesto aéreo	01	R\$ 122
Aquisição de veículo com equipamento para linha viva	01	R\$ 450
Aquisição de veículo CG125	02	R\$ 14
Aquisição de equipamentos para engenharia	01	R\$ 22
TOTAL		R\$ 1.991

Os modelos dos equipamentos acima são apenas referências, podendo seus valores e modelos, serem modificados de acordo com a disponibilidade de mercado ou pela escolha de outros modelos que ofereçam melhores vantagens.

Infraestrutura – Subestação de 20/26.6 MVA - 69 KV

Autorização da contratação de financiamento para construção da Subestação de **20/26.6 MVA - 69 KV**.

Apresentação do relatório e pré-projeto junto a CELESC para construção da subestação, negociação do terreno para construção da subestação, construção civil de muros e terraplanagem do terreno, também licitação para contratação da empresa que providenciara os projetos da linha de transmissão e os demais projetos necessários para construção da Subestação.

Sistema de Gestão Ambiental - SGA

Em 2011, a CERMOFUL deu continuidade no seu Sistema de Gestão Ambiental - SGA. Várias atividades foram desenvolvidas, as quais serão repetidas e ampliadas no ano de 2012. Sendo os seguintes trabalhos ambientais a seguir:

- **Programa Carbono Zero** – O funcionamento do programa é através do plantio de árvores, que compensa a produção de CO₂ na natureza.
- **Programa de olho nos transformadores** – O programa funciona através de um depósito para armazenamento temporário de transformadores danificados, com objetivo de evitar a contaminação de corpos d'água e do solo por óleo resultante do vazamento de transformadores armazenados de forma inadequada.
- **Programa Rede Verde:** A Cermoful deu continuidade ao programa rede verde, com objetivo de construir redes de distribuição com responsabilidade ambiental. Toda rede nova ou reforma de rede o empreendimento é licenciado junto ao órgão ambiental.
- **Programa João de Barro:** O programa funciona através de um plano para solicitar a retirada dos ninhos que ocasionando problemas ou correndo risco no funcionamento do sistema elétrico. O plano obteve no ano de 2011, autorização do IBAMA e posto em prática conforme as orientações do mesmo.
- **Programa de Gerenciamento de resíduos:** A Cermoful recolhe toda a sobra de material utilizado na construção de redes e também na manutenção de equipamentos. Assim como os resíduos gerados por todos os serviços são separados conforme a norma de coleta seletiva. Também faz parte do programa o uso de papel reciclado em todos os procedimentos administrativos da cooperativa.

Também está previstos para 2012, o seguinte evento na área ambiental:

- **21/09 - Dia da Árvore** - Atividades nas escolas e comunidade com distribuição e plantio de árvores.

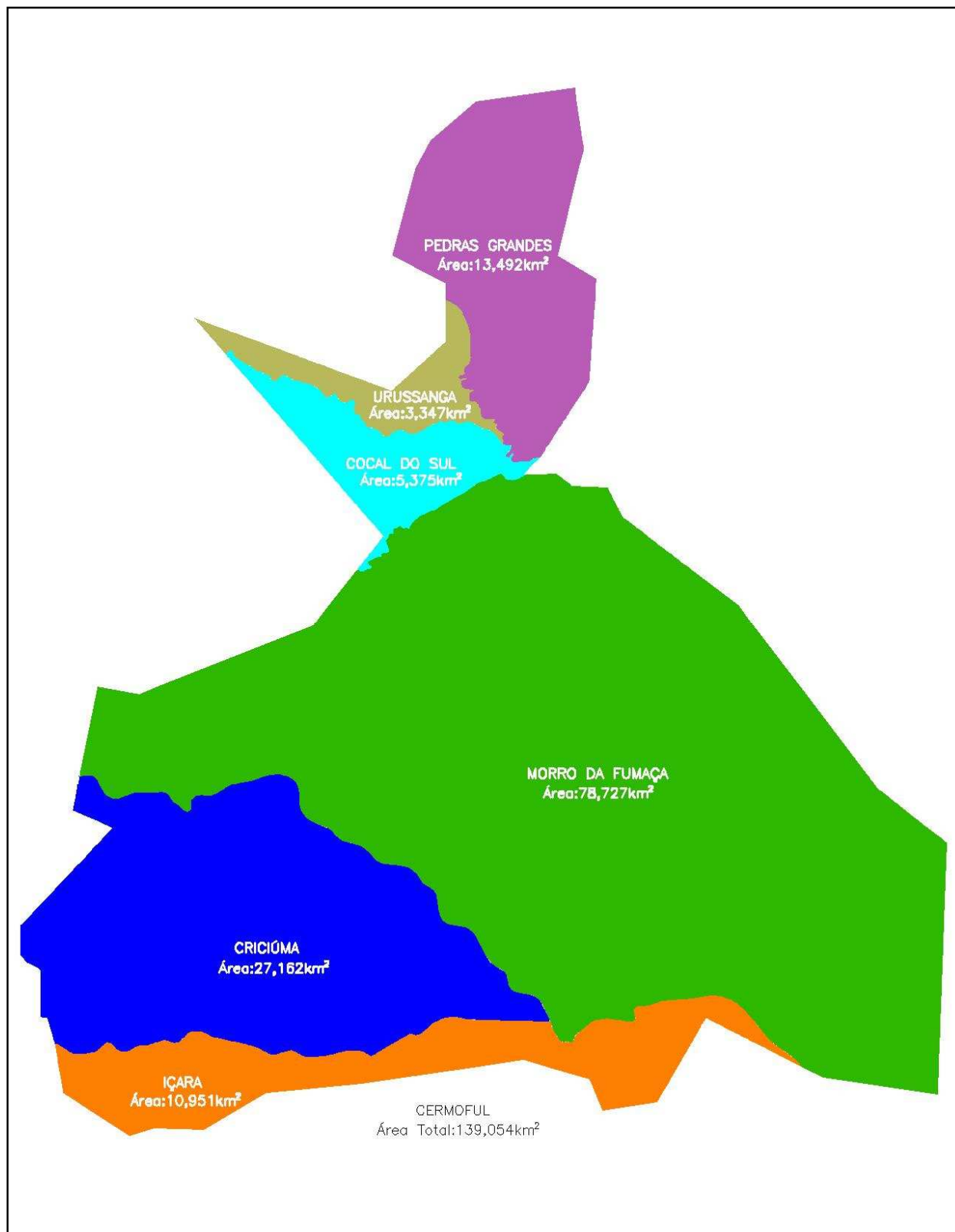
Além destes eventos, abertos ao público em geral, também é realizado durante todo o ano eventos internos com seus colaboradores através de palestras, treinamentos e outras atividades relacionadas à área ambiental.

Atividades sociais, culturais e lazer

Para o ano de 2012 a CERMOFUL, além de suas contribuições para entidades sociais e assistências, visando cumprir com sua responsabilidade social e melhorar a qualidade de vida de seus associados, planeja as seguintes atividades sociais, esportiva e cultural:

- Natal CERMOFUL
- Projeto Show de Bola (Programa social esportivo com crianças de 7 a 16 anos).
- Programa de Eficiência Energética – PEE (Demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processo e uso finais de energia).
- Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (Buscar inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica).

Área de atuação da CERMOFUL



Fonte: Departamento técnico - CERMOFUL (2011).

Agradecimentos

Aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, pelo apoio e participação nas decisões e controle das atividades executadas no exercício.

Ao quadro funcional que se empenhou no cumprimento das metas aprovadas em assembleia geral para o ano de 2011.

Aos demais que participaram direta ou indiretamente para o cumprimento da missão da CERMOFUL de continuar o projeto de empresa cidadã.

Morro da Fumaça (SC), 17 de Fevereiro de 2012.

Armando Bif
Presidente

Zelindo dos Reis da Soller
Secretário



A PERFORMANCE DA CERMOFUL EM NÚMEROS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2011

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2011	2010
ATIVO			
Circulante		5.260	4.961
Caixa e equivalentes de caixa	5	17	5
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7.1	4.517	3.980
Devedores diversos	8	163	258
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.1	(481)	(447)
Serviços em curso	9	-	24
Tributos a compensar	10	170	181
Estoque	11	123	224
Despesas pagas antecipadamente	12	28	19
Títulos de créditos a receber	13	691	707
Ajuste a valor presente	13	-	(9)
Outros créditos	14	32	19
Não Circulante		31.075	29.632
Realizável a longo prazo		2.401	2.604
Tributos a compensar	10	226	197
Depósitos judiciais	15	57	53
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7.2	3.272	3.523
Ajuste a valor presente	7.2	(1.154)	(1.169)
Outros créditos	14	105	105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14	(105)	(105)
Investimentos	16	155	1.884
Imobilizado	17	-	24.833
Intangível	18	28.519	311
TOTAL DO ATIVO		36.335	34.593

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-O/7

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2011	2010
PASSIVO			
Circulante		8.530	12.172
Fornecedores	19	1.768	2.085
Folha de pagamento	20	277	271
Encargos de dividas	21	27	-
Empréstimos e financiamentos	22	1.251	3.096
Tributos e contribuições sociais	23	795	612
Obrigações estimadas	25	489	423
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	26	3.025	5.224
Encargos setoriais	27	441	205
Outras contas a pagar	28	457	256
Não Circulante		3.909	3.194
Encargos de dividas		25	-
Empréstimos e financiamentos	21	223	961
Tributos e contribuições sociais	22	216	295
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	26	801	-
Provisões para contingências	29	1.906	1.905
Outras provisões	29.4	379	-
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	30	359	33
Patrimônio líquido		23.896	19.227
Capital social	31	12.090	11.348
Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	31.2	2.169	1.588
Reservas de sobras	31.3	8.290	5.563
Sobras a disposição da AGO	31.4	1.347	728
TOTAL DO PASSIVO		36.335	34.593

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
 Presidente
 CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 027497/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2011	2010
Receita Operacional		36.517	28.491
Fornecimento de energia elétrica	32	31.705	28.179
Arrendamentos e aluguéis		216	216
Outras receitas operacionais	33	4.596	96
(-) Deduções da receita operacional		9.187	7.157
ICMS	34	7.205	6.315
PIS-PASEP	34	10	9
COFINS	34	46	41
Encargos setoriais	34	1.926	789
Outros	34	-	3
(=) Receita operacional líquida		27.330	21.334
(-) Custo do serviço de energia elétrica		21.877	16.538
Energia elétrica comprada para revenda	35	4.177	4.832
Encargo de uso do sistema de distribuição	35	3.241	3.597
Custo de operação		14.459	8.109
Pessoal	36.1	4.879	4.343
Administradores	36.1	243	191
Material	36.2	734	647
Serviços de terceiros	36.2	1.407	1.113
Depreciação e amortização	36.2	1.769	1.586
Provisões	36.2	14	(995)
Seguros	36.2	25	23
Tributos	36.2	66	195
Arrendamentos e aluguéis	36.2	16	10
Outros	36.3	5.306	996
(=) Sobra bruta		5.453	4.796
(+/-) Receita (despesa) financeira	37	(1.457)	(1.870)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		3.996	2.926
(-) Contribuição social	38	14	29
(-) Imposto de renda	38	25	56
(=) Sobras líquidas do exercício		3.957	2.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
 Presidente
 CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 027497/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de sobras			Saldo a disposição da AGO	
			Fundo de Reserva	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	10.773	1.756	1.312	936	1.034	562	16.373
Capital Social							
Integralização das sobras	562	-	-	-	-	(562)	-
Integralização de quotas	8	-	-	-	-	-	8
Capital a integralizar	5	-	-	-	-	-	5
Realização de reservas/fundos	-	(168)	-	-	(572)	740	-
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	1.686	1.686
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	1.155	1.155
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	1.155	(1.155)	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	243	-	-	(243)	-
Fates	-	-	-	-	243	(243)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	1.213	-	(1.213)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	11.348	1.588	1.555	2.149	1.860	727	19.227
Capital Social							
Integralização das sobras	727	-	-	-	-	(727)	-
Integralização de quotas	10	-	-	-	-	-	10
Capital a integralizar	4	-	-	-	-	-	4
Realização de reservas/fundos	-	581	-	-	(541)	660	700
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	3.831	3.831
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	124	124
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	124	(124)	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	449	-	-	(449)	-
Fates	-	-	-	-	449	(449)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	2.246	-	(2.246)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	12.090	2.169	2.003	4.395	1.892	1.347	23.896

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
 Presidente
 CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
 Contador
 CRC/SC 27.497-O/7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.957	2.841
(+/-) Resultados Abrangentes	697	740
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27	155	169
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8	542	571
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	4.654	3.581
RESULTADO COM TERCEIROS	164	1.155
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	164	1.155
Base para Destinações Legais e Estatutárias	4.490	2.426
Fundo de Reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%	449	243
FATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%	449	243
Fundo Exp. Manut. Sistema Distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%	2.245	1.213
FATES - Operações com terceiros	164	1.155
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	1.347	727

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-O/7

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	3.957	2.841
Ajuste a sobra líquida	(607)	-
Resultado não operacional	(607)	-
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	1.783	583
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14	(1.011)
Depreciação e amortização	1.769	1.586
Resultado venda de bens do imobilizado	-	8
Resultado ajustado do exercício	5.133	3.424
Redução (aumento) no ativo circulante	(321)	1.011
Consumidores	(537)	770
Serviços em curso	24	(16)
Outros créditos	(13)	66
Estoque	101	(51)
Devedores diversos	95	(63)
Tributos a compensar	11	128
Títulos de créditos a receber	16	175
Ajuste a valor Presente	(9)	9
Despesa do exercício seguinte	(9)	(7)
Aumento (redução) no passivo circulante	(1.797)	1.598
Fornecedores	(317)	451
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	6	45
Tributos e Contribuições Sociais	183	296
Obrigações estimadas	66	59
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	(2.199)	392
Taxas regulamentares	236	205
Credores diversos	27	-
Outras contas a pagar	201	150
Redução (aumento) no ativo não circulante	203	(447)
Tributos a compensar	(29)	8
Depósitos judiciais	(4)	(7)
Consumidores	236	(1.678)
Ajuste a valor presente	-	1.170
Outros realizáveis	-	60
Redução (aumento) no passivo não circulante	1.453	(1.712)
Tributos e contribuições sociais	(79)	295
Encargos de dívidas	25	-
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	801	(2.062)
Provisões para contingências	380	22
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	326	33
Continuação...		

...Continua

Total das atividades operacionais	4.671	3.874
Atividades de investimento		
Recebimento de venda do imobilizado	-	21
Pagamento pela compra de bem para Imobilizado	25.098	(4.129)
Aumento de Investimentos	(1.729)	(1.235)
Aplicações no intangível	(26.097)	(71)
Fornecedores de ativo imobilizado	-	218
Total das atividades de Investimento	(2.728)	(5.196)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	2.931
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.583)	(2.085)
Aumento de capital pelos sócios	-	8
Capital a Integralizar	17	5
Utilização de reservas	635	-
Total das atividades de Financiamento	(1.931)	859
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	12	(463)
Saldo inicial de caixa	5	468
Saldo final de caixa	17	5
Varição no caixa e equivalentes de caixa	12	(463)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 027497/O-7

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receitas	33.969	28.759
Venda de energia e serviços	16.545	14.827
Uso do sistema de distribuição	15.305	13.448
Compartilhamento de infraestrutura	216	216
Outras receitas	4.451	62
Resultado não operacional	(607)	-
Encargos setoriais	(1.927)	(789)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14)	995
(-) Insumos adquiridos de terceiros	14.298	10.483
Insumos consumidos	7.418	8.429
Serviços de terceiros	1.407	1.113
Materiais	734	647
Outros	4.739	294
(=) Valor adicionado bruto	19.671	18.276
(-) Quotas de reintegração	1.769	1.586
Depreciação, amortização e exaustão	1.769	1.586
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	17.902	16.690
(+) Valor adicionado recebido em transferência	398	1.145
Receitas financeiras	398	1.145
(=) Valor adicionado total a distribuir	18.300	17.835
Distribuição do valor adicionado	18.300	17.835
Pessoal	4.110	3.559
Remuneração direta	3.332	2.861
Auxílio alimentação	151	143
Assistência médica/Plano de saúde	172	159
Encargos sociais exceto INSS	369	273
Outros	86	123
Governo	8.378	8.410
Federais	1.107	2.070
INSS (Folha de pagamento)	1.012	975
Imposto de renda e contribuição social	39	85
Outros	56	1.010
Estaduais	7.269	6.336
ICMS	7.205	6.315
IPVA	22	15
Outros	42	6
Municipais	2	4
IPTU	1	2
Alvará	1	2
Remuneração de capital de terceiros	1.855	3.025
Outras despesas financeiras	1.855	3.025

Continua...

...Continuação

Remuneração de capitais próprios

3.957

2.841

Sobras do exercício

3.957

2.841

Valor adicionado (médio) por empregado

321

324

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-0/7

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade, fundada em 13/11/1963, sociedade cooperativa, de capital aberto, controlada pelos associados, regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, com atividade de prestação de serviço de distribuição de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo a atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, poder concedente vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Atende a 16.986 associados sendo destes 11.016 consumidores e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2. DAS PERMISSÕES

A permissão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é consolidada no contrato nº 040/2010-ANEEL, com área de atuação no município de Morro da Fumaça, com poligonais envolventes nos municípios de Criciúma, Içara, Cocal do Sul, Urussanga e Pedras Grandes.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, em consonância com a legislação comercial e fiscal. Também observada às disposições regulatórias e os princípios fundamentais de contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 396/10 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho nº 4.991/11 de 29 de dezembro de 2011 da SFF/ANEEL.

- ❖ Adoção do modelo de apresentação da PAC - Prestação Anual de Contas;
- ❖ Adequação das naturezas de gastos e centros de custos;
- ❖ Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT - Relatório de Informações Trimestrais;
- ❖ Adequação do plano de contas;
- ❖ Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização dos custos com deslocamento (km) para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização da renda não faturada;
- ❖ Contabilização do rateio da administração central para atividades;
- ❖ Criação dos grupos de contas de ativo e passivo não circulante;
- ❖ Criação do grupo de contas para o ativo intangível.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados. Sendo assim, o entendimento da CERMOFUL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais se necessário conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 28 de fevereiro de 2012 e referenciada pela assembleia geral ordinária realizada em 09 de março de 2012.

➤ Caixa e equivalentes de caixas

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

➤ **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2011, contabilizado com base no regime de competência.

➤ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de associados e consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (item nº 6.3.2). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

➤ **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução 1.151/09 do Conselho Federal de Contabilidade, foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, sendo que, para se trazer a valor presente foi aplicada a taxa de desconto equivalente aos encargos futuros embutidos, variável conforme a situação.

➤ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, assim como aqueles destinados a investimentos e que estão classificados no ativo imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição.

➤ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

➤ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº. 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº. 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº. 44 de 17 de março de 1999.

➤ **Intangível**

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzida a amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa de um ativo intangível são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo é baixado.

➤ **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

➤ **Estimativas**

A CERMOFUL revisa as estimativas anualmente quando da preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes.

➤ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos, conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

➤ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

➤ **Provisão para contingências**

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

Estão sendo apresentadas, nesta rubrica, às provisões para contingências liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

➤ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CERMOFUL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30, aprovada pela Resolução 1.187/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

➤ **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

Receita de construção e custo de construção

O ICPC 01 estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17/AIS 11 “Contratos de Construção” e CPC 30/AIS 18 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

➤ **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

➤ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

➤ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Legislação societária	
	2011	2010
Caixa	2	4
Bancos	15	1
Total	17	5

5.1. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade, não efetuou aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários nos exercícios de 2011 e 2010.

6. CONSUMIDORES

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos cinco dias referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

	Legislação societária	
	2011	2010
Faturados	11.016	10.744
Não faturados	-	-
Total	11.016	10.744

7. COMPOSIÇÃO DE CONTAS A RECEBER

7.1 Circulante

Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Legislação societária			
					Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2011	2010	2011	2010
Residencial	722	195	288	1.205	327	321	878	724
Industrial	1456	413	83	1.952	88	85	1.864	1.692
Comércio, serviço e outras atividades	357	73	9	439	20	21	419	329
Rural	90	14	4	108	3	2	105	136
Poder público	24	3	-	27	-	-	27	21
Iluminação pública	83	47	218	348	42	17	306	146
Serviço público	3	-	1	4	1	1	3	3
Receita não faturada	244	-	-	244	-	-	244	329
Subtotal - Consumidores	2.982	745	603	4.327	481	447	3.849	3.380
Serviço taxado	3	4	1	8	-	-	8	10
Participação financeira	97	-	8	105	-	-	105	65
Multa por atraso pagto energia	19	14	4	37	-	-	37	33
Juros por atraso pagto energia	9	8	3	20	-	-	20	25
Aluguel de postes	18	-	-	18	-	-	18	18
Encargo de capacidade	-	-	2	2	-	-	2	2
Total	3.125	771	621	4.517	481	447	4.036	3.533

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 444, de 26/10/2001, item 6.3.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A receita não faturada corresponde ao intervalo de fornecimento em que é efetivada a leitura de consumo e o mês de competência do faturamento.

7.2 Não circulante

	Legislação Societária	
	2011	2010
Parcelamento de energia	3.272	3.523
(-) AVP - NBC TG 12	(1.154)	(1.169)
Total	2.118	2.354

8. DEVEDORES DIVERSOS

Circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
Adiantamento de férias	78	75
Adiantamento a associados	69	112
Adiantamento a fornecedores	6	1
Créditos venda de bens AIS	-	60
Créditos venda materiais	10	10
Total	163	258

9. SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2011	2010
Serviços prestados a terceiros	-	24
Total	-	24

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

10.1. Circulante

	Legislação societária	
	2011	2010
ICMS sobre compras ativo imobilizado - curto prazo	169	180
PIS/COFINS/CSLL retidos por Órgão Público	1	1
Total	170	181

10.2. Não circulante

	Legislação societária	
	2011	2010
ICMS sobre compras do ativo imobilizado	226	197
Total	226	197

11. ESTOQUES

Circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
Almoxarifado de serviço	87	189
Almoxarifado de sucata	36	35
Total	123	224

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação societária	
	2011	2010
Seguros	25	18
Taxas estaduais	2	1
Assinaturas e publicações	1	-
Total	28	19

13. TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER

Circulante	Legislação societária	
	2011	2010
Parcelamento de energia	669	685
Parcelamento de cheques	22	22
(-) AVP - NBC TG 12	-	(9)
Total	691	698

14. OUTROS CRÉDITOS

14.1. Circulante

	Legislação Societária	
	2011	2010
Rateio de iluminação pública a receber	1	1
HSBC - Título de capitalização	14	2
Prestação de serviço - Cosip	8	8
Créditos convênio arrecadação - Cosip	16	8
Desativações em curso	(7)	-
Total	32	19

14.2. Não circulante

	Legislação Societária	
	2011	2010
Cheques em cobrança judicial	90	90
Consórcio em cobrança judicial	15	15
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(105)	(105)
Total	-	-

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Ações trabalhistas	57	53
Total	57	53

16. INVESTIMENTOS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Coligada	-	1.776
PCH Santa Rosa S.A.	-	2.831
PCH Santa Rosa S.A. - Capital a integralizar	-	(1.055)
Avaliadas pelo Custo de Aquisição	108	108
SC Geracoop	5	5
Fecoerusc	4	4
Cooperativa extremo sul	25	18
Sicoob/SC - Credija	121	81
Total	155	1.884

O investimento na coligada foi alienado pelo valor de integralização com recebimentos total no exercício de 2011.

17. IMOBILIZADO

	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Obrigações especiais vinculadas	2011	2010
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição					
Custo histórico	-	-	-	-	22.626
Reavaliação	-	-	-	-	1.355
Comercialização					
Custo histórico	-	-	-	-	33
Reavaliação	-	-	-	-	-
Administração					
Custo histórico	-	-	-	-	2.509
Reavaliação	-	-	-	-	78
	-	-	-	-	26.601
Em curso					
Distribuição	-	-	-	-	1.773
Comercialização	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	1.773
Total	-	-	-	-	28.374

As principais taxas anuais de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 44/1999 e atualizada pela Resolução ANEEL nº. 367/2009 são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação	
	(%)
Distribuição	
Banco de Capacitores - Tensão < 69KV	6,7
Chave - Tensão < 69KV	6,7
Condutor - Tensão < 69KV	5,0
Estrutura (Poste, Torre) - Tensão < 69KV	5,0
Medidor	4,0
Religador	4,3
Transformador de distribuição	5,0
Edificação	4,0
Veículos	20,0
Comercialização	
Equipamento geral	10,0
Administração Central	
Equipamento geral	10,0
Edificação	4,0
Veículos	20,0

Destacamos que, durante o exercício de 2011, não foi calculada amortização sobre o Intangível – Software.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis a concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

18. INTANGÍVEL

	Custo	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Vinculadas	2011	2010
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	34.459	9.218	359	24.882	-
Bens da Permissão	34.459	9.218	359	24.882	-
Comercialização	47	14	-	33	-
Bens da Permissão	47	14	-	33	-
Administração	2.228	756	-	1.472	-
Bens da Permissão	2.228	756	-	1.472	-
	36.734	9.988	359	26.387	-
Em curso					
Distribuição	1.773	-	-	1.773	-
Bens da Permissão	1.773	-	-	1.773	-
	1.773	-	-	1.773	-
Total	38.507	9.988	359	28.160	-

18.1 Obrigações vinculadas a permissão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A CERMOFUL não possui valores resultantes de tais contribuições até a assinatura do contrato de permissão, sendo todos os investimentos em redes de distribuição financiados com recursos dos associados.

A partir da publicação do contrato passou a obedecer ao disposto na Resolução nº 456/2000, revogada pela Resolução nº 414/2010, calculando a participação financeira do consumidor na forma estabelecida pela Resolução normativa nº 250/2007.

18.2 ITG 10 – Custo atribuído

O Conselho de Administração entende que as normas regulatórias estabelecidas pelo poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica representam satisfatoriamente as estimativas e taxas de depreciação.

As taxas de depreciação são determinadas a partir de estudos periódicos, utilizando ainda a contribuição das empresas, a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico, portanto, de conformidade com a NBC TG 27, aprovada pela Resolução nº 1.177/09 do CFC.

18.3 - ITG 01 – Contratos de concessão/permissão

O Conselho de Administração determinou a aplicação das disposições emanadas desta norma (ITG 01) resolução 1261/2009 no balanço societário do exercício 2011.

18.4 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

O Conselho de Administração, observando o disposto na Resolução normativa nº 367/2009, que instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *Impairment* dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01, aprovada pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

A recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão, quando do rompimento ou encerramento deste.

19. FORNECEDORES

	Legislação Societária	
	2011	2010
Materiais e serviços	1.768	2.085
Total	1.768	2.085

20. FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação Societária	
	2011	2010
Folha de pagamento	180	169
Tributos e contribuições sociais retidos na fonte	83	83
Consignação em favor de Concessionária e/ou terceiros	14	19
Total	277	271

21. ENCARGOS DE DIVIDAS

21.1 Circulante

	Legislação Societária	
	2011	2010
Sicoob Contrato 393.820	27	-
Total	27	-

21.2 Não circulante

	Legislação Societária	
	2011	2010
Sicoob Contrato 393.820	25	-
Total	25	-

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
Empréstimos a curto prazo		
Empréstimos bancários	62	932
Financiamentos		
Capital de giro	1.029	1.675
Cartão BNDES	-	8
Financiamento de bens	110	81
Conta garantida	50	400
Total	1.251	3.096
Não circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
Financiamento de bens	206	169
Capital de giro	17	792
Total	223	961

Instituição Bancária	Modalidade	Nº Contrato	Vencimento	Taxa Mensal	Circulante	Não Circulante
Sicoob/SC – Credija	Cheque Especial	-	-	-	62	-
Caixa Econômica Federal	Capital de Giro	20.1788.606.0000070.07	17/08/2012	1,50	265	-
Itaú-Unibanco	Conta Garantida	871500016989	-	1,80	50	-
Itaú-Unibanco	Finame BNDES	484100/10	15/06/2015	0,56	23	58
Banco do Brasil	Capital de Giro	342.200.930	26/12/2011	1,701	117	-
Banco do Brasil	BNDES PEC	40/00448-1	15/11/2012	0,506	323	-
Sicoob/SC – Credija	Capital de Giro	22345-6	21/05/2012	2,30	196	-
Sicoob/SC – Credija	Financiamento de Bens	28395-9	16/12/2013	1,70	19	23
Sicoob/SC – Credija	Financiamento de Bens	31913-0	24/06/2013	1,69	28	16
Sicoob/SC – Credija	Financiamento de Bens	39382-0	22/12/2014	1,70	40	108
HSBC	Capital de Giro	0533-02168-77	05/03/2012	2,30	40	-
HSBC	Capital de Giro	0533-02231-48	28/02/2013	1,99	88	17

23. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
ICMS	567	383
Imposto de renda	3	8
Contribuições sociais	141	137
Parcelamento IRPJ e CSLL	79	79
Total	790	607

23.1. PIS e COFINS sobre faturamento

Circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
PIS sobre Faturamento	1	1
COFINS sobre Faturamento	4	4
Total	5	5

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade é uma sociedade cooperativa, e consequentemente amparada pela Lei 5.764/71, não tributa com PIS e COFINS suas operações com associados.

As atividades com terceiros (não associados), como a venda de bens e serviços são tributados com 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) de PIS e 3,00% (três pontos percentuais) de COFINS, conforme determina a legislação vigente.

23.2 Outros tributos e contribuições sociais

Não circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
Parcelamento IRPJ e CSLL	216	295
Total	216	295

❖ Tributos sobre a receita:

- ICMS definido em legislação estadual.
- IRPJ apurado na forma da Medida Provisória nº 449/2008 que determina o enquadramento da permissionária a adoção do regime de apuração na modalidade Lucro Real.
- A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com Associados, portanto o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram calculados sobre as operações com não associados.

❖ Contribuições sociais sobre a receita:

- PIS/COFINS calculados conforme as Leis nº 9.715/98 e nº 9.718/98, alterada parcialmente pela Medida Provisória nº 2158-35/2001.

❖ Contribuições sociais trabalhistas:

- INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento calculados na forma da consolidação das leis do trabalho (CLT).

❖ Parcelamento IRPJ e CSLL

- Parcelamento conforme processo Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 11516-003297/2006-75, deferido em 28/10/2010.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não teve operações com imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício de 2011.

25. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Tributos e contribuições	135	117
Folha de pagamento	354	306
Total	489	423

26. SUPRIMENTO

Circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
Celesc Distribuição S.A.	3.238	5.224
(-) AVP - NBC TG 12	(213)	-
Total	3.025	5.224

Não circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
Celesc Distribuição S.A.	825	-
(-) AVP - NBC TG 12	(24)	-
Total	801	-

27. ENCARGOS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Reserva global de reversão - RGR	46	43
Conta de desenvolvimento energético - CDE	80	58
Conta de consumo combustível - CCC	108	40
Fundo nacional desenvolvimento científico e tecnológico – FINEP	7	5
Ministério de minas e energia - MME	3	3
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	52	13
Programa de eficiência energética - PEE	129	33
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	7	5
Encargo ex-isolados	9	5
Total	441	205

28. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Circulante	Legislação Societária	
	2011	2010
Consumidores	6	5
Adiantamento de associados	-	128
Créditos convênio arrecadação - Cosip	377	115
Juros empréstimo compulsório Eletrobrás	1	1
Outros credores	35	7
IR / CS a Pagar	38	-
Total	457	256

29. PROVISÕES

29.1 Fiscais

	Legislação Societária	
	2011	2010
Provisão de PIS e COFINS sobre receita Ato Cooperativo	1.884	1.883
Provisão trabalhista	22	22
Total	1.906	1.905

- **Secretaria da Receita Federal do Brasil**

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade foi notificada, no exercício de 2006, através dos seguintes processos: 11516.003.297/2006-75 - IRPJ e CSLL; 11516.003.295/2006-86 - COFINS e 11516.003.296/2006-21 - PIS.

A notificação referia-se ao período compreendido entre 02/2001 a 12/2005, tendo valor total de R\$1.796.691,82, resultando na constituição de provisão de contingência, mantida no passivo não circulante pelo valor original de R\$ 1.883.608,30, corrigida até o término do exercício em que ocorreu o ato fiscal.

O processo nº 11516.003.297/2006-75 - IRPJ e CSLL teve a defesa indeferida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, resultando no parcelamento em 28/10/2010, no montante total de R\$ 393 mil, divididos em 60 parcelas.

Com relação aos processos de PIS e COFINS, a assessoria jurídica manifesta prognóstico com perspectiva de nulidade do ato fiscal, porém, por uma questão de prudência se mantém o valor provisionado até o julgamento final do mérito.

Relativamente ao período posterior a 12/2005, não foram efetuados cálculos e provisão de valores, havendo entendimento do Conselho de Administração de que as operações realizadas pela CERMOFUL possuem características de ato cooperativo sobre as quais, não devem incidir tributos e contribuições.

- **Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina**

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade foi autuada através da notificação fiscal nº 76030107024, no exercício de 2007, pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 1.408.498,32.

Os débitos notificados são referentes à antecipação de apropriação de crédito de ICMS pela aquisição de bens para o ativo permanente no período compreendido entre 01/2002 a 11/2005. Em 02 de abril de 2009, foi proposta ação com objetivo de obter a declaração de nulidade do lançamento tributário, havendo prognóstico da assessoria jurídica de ganho possível.

Também sofreu autuação por meio da notificação fiscal nº 96030136703, pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 317.941,07, tendo sido encaminhada defesa administrativa em 11 de dezembro de 2009, através da qual se pretende obter a extinção do lançamento tributário por motivo de re-lançamento ilegal e decadência, com prognóstico de ganho possível.

29.2 Trabalhistas

No exercício de 2011, foram provisionados e corrigidos os valores referentes a ações trabalhistas que continuam tramitando no judiciário, porém a provisão está coberta por depósitos judiciais.

29.3 Cível

A CERMOFUL possui 01 processo cível contra danos morais, resultante de suspensão indevida de fornecimento, sendo o valor da causa em R\$ 18 mil, contudo, conforme decisão judicial foi efetuado bloqueio bancário no valor de R\$ 35 mil, sendo que saldo não está coberto por provisão no passivo.

Também possui 06 processos de ação indenizatória, referentes à reclassificação de classe de consumo de energia elétrica, onde, segundo a assessoria jurídica, 04 processos estão com prognóstico de perda provável e por não possuir estimativa confiável do valor das ações, as mesmas não foram reconhecidas na contabilidade, conforme determina a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução 1.180/09 do CFC.

29.4 Outras provisões

	Legislação Societária	
	2011	2010
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste Avaliação Patrimonial	379	-
Total	379	-

30. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

	Legislação Societária	
	2011	2010
Participação financeira do consumidor	359	33
Total	359	33

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2011 representa R\$ 12.090 mil, é constituído por cotas-partes conforme determina o Estatuto Social da CERMOFUL.

	Legislação Societária	
	2011	2010
Capital Subscrito	12.090	11.348
Total	12.090	11.348

31.1 Aplicação do ICPC 14 - Cotas de cooperados em entidades cooperativas

O Conselho de Administração não aplicou as disposições do ICPC 14, visto que a resolução nº 1.365/2011 prorrogou o prazo para 01º de janeiro de 2016.

31.2 Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais

	Legislação Societária	
	2011	2010
Reserva de Reavaliação	1.432	1.588
Ajuste Avaliação Patrimonial ITG 10	1.116	-
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste Avaliação Patrimonial	(379)	-
Total	2.169	1.588

31.3 Reservas de sobras

	Legislação Societária	
	2011	2010
Fundo de reserva	2.003	1.554
FATES - Fundo de assistência técnica educacional e social	1.892	1.860
Fundo expansão e manutenção do sistema de distribuição	4.395	2.149
Total	8.290	5.563

Os fundos são constituídos conforme disposições estatutárias, "Título V - Gestão Contábil e Financeira - Capítulo I - Balanço, Fundos, Sobras e Perdas - art. 47º A CERMOFUL se obriga a constituir: I - Fundo de reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício; II - O Fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento), das sobras líquidas do exercício; III - O Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício".

31.4 Sobras a distribuir

	Legislação Societária	
	2011	2010
Sobras à disposição da AGO	1.347	728
Total	1.347	728

A Lei 5.764/71, em seu artigo 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após constituídas as provisões dos fundos estatutários, terão destinação definidas em "Assembléia Geral".

Caso a AGO defina a distribuição entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim sua distribuição: "art. 45 - § 1º - As sobras líquidas, apuradas na forma deste artigo, serão distribuídas aos associados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta".

31.5 Ajustes de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2011, não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

32. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Legislação Societária	
	2011	2010
Consumidores		
Residencial	8.050	7.465
Industrial	18.051	15.592
Comercial	3.768	3.255
Rural	641	716
Poder público	278	280
Iluminação pública	966	800
Serviço público	36	30
Consumo próprio	-	-
Renda não faturada	(85)	41
Total	31.705	28.179

33. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receita de construção	4.444	-
Administração Cosip	94	96
Outros	58	-
Total	4.596	96

34. (-) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	Legislação Societária	
	2011	2010
ICMS	7.205	6.315
PIS/PASEP	10	9
COFINS	46	41
Encargos setoriais	1.926	789
Outros	-	3
Total	9.187	7.157

35. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Quantidade MWh		Legislação Societária	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento				
Celesc Distribuição S.A.	95.155	93.120	7.418	8.429
Total	95.155	93.120	7.418	8.429

36. DESPESAS OPERACIONAIS

36.1. Despesas de pessoal

	Legislação Societária	
	2011	2010
Pessoal		
Remunerações	2.942	2.666
Administradores	243	191
Encargos sociais	1.381	1.248
Auxílio alimentação	151	143
Convênio assistencial e outros benefícios	230	205
Indenizações trabalhistas (constitucional)	147	5
Outros	28	76
Total	5.122	4.534

36.2. Outras despesas operacionais

	Legislação Societária	
	2011	2010
Material	734	647
Serviços de terceiro	1.407	1.113
Depreciação e amortização	1.769	1.586
Provisões	14	(995)
Seguros	25	23
Tributos	66	195
Arrendamento e alugueis	16	10
Outros	5.244	996
Total	9.275	3.575

36.3 Outros

	Legislação Societária	
	2011	2010
Custo de Construção	4.444	-
Outros	862	996
Total	5.306	996

37. RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receita financeira	398	1.145
Despesa financeira	(1.855)	(3.015)
Total	(1.457)	(1.870)

38. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No cálculo das provisões, para imposto de renda e contribuição social, foi aplicado obedecendo-se ao disposto na legislação fiscal e a Lei 5.764/71, que define as operações com associados e não associados.

Receitas	Legislação Societária	
	2011	2010
Operações com associados	30.270	26.909
Operações com não associados	1.435	1.270
Total	31.705	28.179

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para imposto de renda e a contribuição social estão demonstradas a seguir:

	Legislação Societária	
	2011	2010
Sobras antes do imposto de renda e contribuição social	3.996	2.926
Imposto de renda calculado (15%)	24	56
Contribuição social calculada (9%)	15	29
Imposto de renda e contribuição social no resultado	39	85

39. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não possui nenhum programa de participação nos resultados e/ou sobras direcionadas aos empregados.

40. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade concedeu aos seus empregados, os seguintes benefícios em 2011:

	Legislação Societária	
	2011	2010
Plano de saúde	172	159
Seguro de vida	58	46
Vale alimentação	151	143
Cursos, treinamentos e outros	101	84
Total	482	432

41. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não efetuou transações com partes relacionadas no exercício de 2011, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

As cotas partes por abertura de conta corrente e operações de crédito com a Cooperativa de Crédito de Jacinto Machado - Sicoob/SC, foram subscritas e integralizadas na forma estabelecida pelo estatuto social.

42. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa, estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

c) Moeda estrangeira

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utilizou operações com moeda estrangeira no exercício de 2011.

43. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício por Atividade, em 31 de dezembro de 2011, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

Demonstração do Resultado	Legislação societária					
	Em 31 de dezembro de 2011					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
Receita Operacional			15.521	16.545		32.066
Fornecimento de energia elétrica			-	16.400		16.400
Uso do sistema de distribuição			15.305	-		15.305
Arrendamentos e Aluguéis			216	-		216
Outras receitas operacionais			-	145		145
(-) Deduções da receita operacional			5.172	4.016		9.188
ICMS			3.217	3.988		7.205
PIS			5	5		10
COFINS			23	23		46
Encargos do consumidor			1.927	-		1.927
(=) Receita operacional líquida			10.349	12.529		22.878
(-) Custo do serviço de energia elétrica			11.100	5.704		16.804
Energia elétrica comprada para revenda			3.241	4.176		7.417
Encargo de uso do sistema de distribuição			62	-		62
Custo de operação			7.797	1.528		9.325
Pessoal e administradores			4.229	893		5.122
Material			675	59		734
Serviços de terceiros			944	463		1.407
Depreciação e amortização			1.732	37		1.769
Outros			217	76		293
(=) Sobra operacional bruta			(751)	6.825		6.074
(-) Despesas operacionais			-	14		14
Despesas com vendas			-	14		14
(=) Resultado do serviço			(751)	6.811		6.060
(+/-) Receita (despesa) financeira			(1.469)	12		(1.457)
(=) Resultado operacional			(2.220)	6.823		4.603
(+) Outras receitas			6	1		7
(-) Outras despesas			507	107		614
(=) Sobras antes da CS e IR			(2.721)	6.717		3.996
(-) Contribuição social			15	-		15
(-) Imposto de renda			24	-		24
(=) Sobras líquidas do exercício			(2.760)	6.717		3.957

44.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidades de negócio:

Nas Unidades de Negócios foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preços contratadas entre as partes, conforme segue abaixo:

Receita da unidade	Despesa de unidade		
	D	C	Total
Geração - G	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-
Distribuição - D	15.522	-	15.522
Comercialização - C	-	16.544	16.544
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-
Total	15.522	16.544	32.066

44.2 Conciliação das demonstrações de resultado:

	Unidades de negócio	Permissionária	Diferença
Receita operacional	32.066	32.066	-
Deduções da receita operacional	9.188	9.188	-
Receita operacional líquida	22.878	22.878	-
Despesas operacionais	16.818	16.818	-
Resultado do serviço	6.060	6.060	-
Sobra antes da tributação e participações	3.996	3.996	-
Sobra líquida do exercício	3.957	3.957	-

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como impostos e contribuições, foram calculadas sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas em cada Unidade de Negócio.

O imposto de renda e a contribuição social, foram calculados com base na taxa efetiva dos tributos incidentes nas demonstrações consolidadas e não incidiram sobre os preços de transferências, uma vez que estes não causam efeito no consolidado.

45. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utiliza o REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, em virtude de não possuir passivos fiscais. Instituído pela Lei nº. 9.964, de 10 de abril de 2000, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

46. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Incêndio - imóveis	10/03/2012	200
Diária paralisação das atividades –imóveis	10/03/2012	15
Vendaval/Fumaça - imóveis	10/03/2012	50
Veículos - Frota	08/07/2012	450
Veículos - Terceiros	08/07/2012	6.000
Veículos - Danos morais	08/07/2012	450

Incêndio - imóveis: Cobertura contra incêndios nas edificações e/ou imóveis próprios ou alugados da CERMOFUL.

Diária por paralisação das atividades: Visa cobrir eventuais danos ocorridos na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, pela CERMOFUL ocorrendo paralisação das atividades.

Vendaval/fumaça: Cobertura contra vendavais, fumaça e outros na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, da CERMOFUL.

Veículos - Frota: Cobertura total dos veículos operacionais com maior risco de acidente da CERMOFUL.

Veículos - Terceiros: Cobertura dos veículos operacionais da CERMOFUL contra terceiros.

Veículos - Danos morais: Cobertura dos veículos da CERMOFUL para possíveis acidentes com terceiros, que possam ocasionar danos morais.

47. BALANÇO SOCIAL

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade divulgou o Balanço Social do exercício 2011. Estas informações não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

48. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades futuras da CERMOFUL são:

- Empréstimo no valor de R\$ 1.200.000,00 para aquisição de terreno para construção da subestação.
- Aumento significativo no crescimento de carga de fornecimento de energia elétrica, em caso de instalações de grandes empresas.
- Recessão econômica nacional e mundial.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Antonio Carlos de Pellegrin
Gerente Administrativo

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 027497/O-7

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ/MF: 86.533.346/0001-70

NIRE 424000378 8


ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE.

Aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro do ano de 2012 (dois mil e doze), reuniram-se na sede da Cermoful os membros do conselho de administração registrando-se a presença de todos os conselheiros. A reunião teve início às 18h30min (dezoito e trinta) horas com o presidente cumprimentando a todos e em continuidade apresentou a agenda desta reunião. Item 1º (primeiro) O presidente informou aos conselheiros a necessidade da convocação da assembléia geral ordinária e de forma a atender a disposição contida nos artigos 16º (décimo sexto), artigo 18º (décimo oitavo) 27º (vigésimo sétimo) do estatuto social da Cermoful. Os diretores determinaram que a assembléia seja realizada no dia 09 (nove) de março do corrente ano, nas dependências da Cermoful, sito a Rua Prefeito Paulino Bif, nº 151, Bairro Centro, neste município, com convocações previstas para 17h30min (dezessete horas e trinta minutos) em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às 18h30min (dezoito horas e trinta minutos) em segunda convocação com a presença da metade mais um de seus associados ou às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos) em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, com as seguintes: **ORDEM DO DIA:** 1) (primeiro) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2011 (dois mil e onze), compreendendo: a) Relatório de gestão. b) Balanço patrimonial. c) Demonstrativos das sobras apuradas no exercício. d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditores independentes; 2) (segundo) Destinação das sobras apuradas no exercício 2011 (dois mil onze). 3) (terceiro) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2012 (dois mil doze). 4) (quatro) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal. 5) (quinto) Aprovação do plano de investimentos para exercício de 2012 (dois mil e doze). 6) (sexto) Autorização para subscrever e integralizar como capital social os valores relativos aos medidores de propriedade dos associados. 7) (sétimo) Aprovação para doação das redes do sistema de iluminação pública para os municípios as quais estão instaladas. 8) (oitavo) Autorização para venda de bens do ativo imobilizado. 9) (nono) Assuntos gerais. Item 2º (segundo) O conselho de administração avaliou o pré balanço patrimonial a ser submetido à apreciação da assembleia geral e determinou: a) Que sejam aplicadas para a contabilidade societária as disposições legais contida na resolução Aneel nº 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) de 26 (vinte e seis) de dezembro de 2001 (dois mil e um) e resolução Aneel nº 396 (trezentos e noventa e seis) de 23 (vinte e três) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez) que estabelecem as diretrizes do balanço regulatório em todos os seus efeitos com relação à avaliação dos ativos; b) disposições contidas no despacho Aneel nº 4.991 de 29 (vinte e nove) de dezembro de 2011 (dois mil e onze); c) Aplicação da NBC TG 1000, resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1255/2009 (hum mil duzentos e cinquenta e cinco de dois mil e nove), alterada pela Resolução 1329/2011 (hum mil trezentos e vinte e nove de dois mil e onze) que

normatiza as rotinas para elaboração das demonstrações financeiras de pequenas e médias empresas. d) Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8-IT; e) A não aplicação de "Impairment" redução ao valor recuperável dos bens constantes do ativo imobilizado instituído conforme NBC TG 01 CFC (Conselho Federal de Contabilidade) resolução nº 1292/2010 (hum mil duzentos e noventa e dois de dois mil e dez) também alterada pela resolução 1329/2011 (hum mil trezentos e vinte e nove de dois mil e onze) por entender que a recuperabilidade dos ativos esta garantida no contrato de permissão; (Aprovação PTAM (Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica de Imóvel) para aplicação de Ajuste Avaliação Patrimonial aos imóveis do ativo imobilizado, conforme ITG 10 CFC (Conselho Federal de Contabilidade) resolução nº 1263/2009 (hum mil duzentos e sessenta e três de dois mil e nove) também alterada pela resolução 1329/2011 (hum mil trezentos e vinte e nove de dois mil e onze); g) Aplicação das taxas de depreciação estabelecidas nas resoluções Aneel consideradas como satisfatórias a cumprir as estimativas do custo atribuído; h) Constituir provisão para devedores duvidosos dos recebíveis conforme estabelecido nas normatizações regulatórias por entender suficientes para o equilíbrio do negócio. h) constituição de provisão para devedores duvidosos dos montantes referentes a outros créditos parcelamentos em percentual de 3% (três por cento) do valor existente em 31/12/2011 (trinta e hum de dezembro de dois mil e onze). Todas as disposições contidas neste item serão aplicados às contas de exercício de 2011 (dois mil e onze) encerradas em 31 (trinta e um) de dezembro de 2011 (dois mil e onze). Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretario e demais membros. Esta ata foi produzida por meio eletrônico conforme disposto no artigo 32 (trinta e dois) alínea 3 (três) do estatuto social. Morro da Fumaça, 15 de Fevereiro de 2012.




Armando Bif
Presidente



Zelindo dos Reis da Soler
Secretário



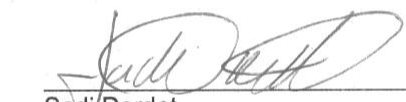
Valdir de Costa
Vice Presidente



Adular Jose Cechinel
Conselheiro



Gilmar da Rosa
Conselheiro



Sadi Dordet
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 2011

CNPJ 86.533.346/0001-70

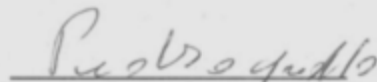
NIRE 42400003788

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE. Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro do ano de 2012 (dois mil e doze), reuniram-se na sede da Cermoful os membros do Conselho Fiscal, registrando-se presença de todos os conselheiros efetivos. A reunião teve início às 18h30min (dezoito e trinta) horas, com o coordenador do grupo Dionísio de Rochi convidando os presentes aos trabalhos de conclusão da fiscalização para emissão do parecer das demonstrações financeiras. Passaram a examinar e apreciar o seguinte: balanço patrimonial, sobras e perdas, demonstrativos estatísticos e contas relacionadas com o exercício 2011 (dois mil e onze), compreendido entre 01 (primeiro) de janeiro e 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano, bem como relatório anual do Conselho de Administração. Procedido aos exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: Cumprindo determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos: **"que após exame dos documentos contábeis, caixa, conciliação bancária e demais informações como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas e contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimentos de todos os atos praticados, encontrando tudo em perfeita ordem"**. Em vista da realização da assembléia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos que o edital de convocação da assembléia geral marcada para o dia 09 (nove) de março do corrente esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social. Encerrada a verificação e emissão do parecer relativo a prestação de contas do ano civil de 2011 (dois mil e onze), os conselheiros avaliaram os desafios sociais no mandato que lhes foi outorgado. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião. Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretária pelo coordenador e membro. Esta ata foi produzida por meio eletrônico conforme disposto no artigo 38 (trinta e oito) § 4º (parágrafo quarto) do estatuto social.

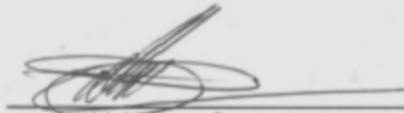
Morro da Fumaça, 28 de fevereiro de 2012.



Dionísio de Rochi
Coordenador



Pedro Guollo
Secretário



Valdemar Castanheti
Membro Conselho Fiscal

RELATÓRIO DE OPINIÃO DE AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores
Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL
Morro da Fumaça – SC.

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas Demonstrações de Sobras ou Perdas, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da cooperativa sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Dr. Miro Totta, 714 - 3º andar - Tristeza - Fone/fax (51) 3269.3299 - 3269.3341 - 3269.2573 - CEP 91120-130 - Porto Alegre - RS
CNPJ 93753580/0001-79 - Reg. CRC/RS 3025 - Credenciamento OCS 374 - Reg. CVM 7234 - dick@emaff@dicksemailf.com.br - www.dicksemailf.com.br

Opinião sem ressalva

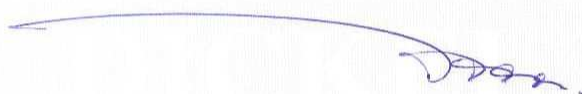
Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

A Demonstração do Valor Adicionado apresentada para propiciar informações suplementares, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras. Essa demonstração foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo que trata da responsabilidade dos auditores independentes e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o parecer emitido em 11 de fevereiro de 2011.

Porto Alegre/RS, 27 de fevereiro de 2012.



ERNI DICKEL – Responsável Técnico
CRC/RS 041338/O S-SC | CNAI 485



CRISTIANO CRIVELARO DICKEL
CRC/RS 080675/O-2 S-SC | CNAI 2921

DICKEL & MAFFI - Auditoria e Consultoria S.S
CRC/RS 3.025/O-0 S-SC - OCB/SC 610
CVM 7.234

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL - 2011



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da **COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE - CERMOFUL**, conforme disposições conferidas pelo estatuto social, convoca os senhores associados, em pleno gozo de seus direitos, a comparecerem a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **09 de março de 2012**, nas dependências da sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Bif, nº 151, centro, na cidade de Morro da Fumaça, às 17h30min em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às 18h30min em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às 19h30min em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal referente ao exercício de 2011, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão.
 - b) Balanço patrimonial.
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício.
 - d) Parecer do conselho fiscal e parecer da auditoria independente.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2011.
- 3) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal, membros efetivos e suplentes, para o período 2012.
- 4) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal.
- 5) Plano de Investimentos para o exercício de 2012.
- 6) Autorização para subscrever e integralizar como capital social os valores relativos aos medidores de propriedade dos associados.
- 7) Aprovação para doação das redes do sistema de iluminação pública para os municípios as quais estão instaladas.
- 8) Autorização para venda de bens do ativo imobilizado.
- 9) Assuntos gerais.

OBSERVAÇÕES:

- a) Para efeito de verificação de *quorum* a Cooperativa possui 17.062 associados.
- b) Os documentos a serem apreciados no item 1º (primeiro) da ordem do dia, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 29/02/2012, na sede social.
- c) Interessados a concorrer aos cargos sociais de conselho fiscal, deverão compor chapas que deverão ser inscritas junto a administração até as 17h00min do dia 05 de março de 2012.
- d) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no **artigo 43** do estatuto social e expressa concordância de seus componentes.
- e) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho fiscal o item 3º (terceiro) da ordem do dia será votado durante a assembleia por aclamação, salvo disposição expressa da assembleia.
- f) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer a eleição do conselho fiscal a votação mencionada no item 3º (terceiro) acontecerá no dia 10/03/2012, nas dependências da Escola de Educação Básica Princesa Isabel, sito a Rua 15 de novembro, nesta cidade, no período das 08h00min às 16h00min e a seguir apurado o resultado e empossado os eleitos.
- g) Para exercer seu direito de voto o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa.
- h) As pessoas jurídicas associadas, para exercer o direito de voto, deverão apresentar contrato social ou ata para comprovação do representante legal.
- i) As entidades associadas, para exercer o direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto para comprovação do representante legal.
- j) Débitos quitados na data da assembleia deverão ser comprovados com a apresentação de nota fiscal de fornecimento de energia elétrica devidamente paga.

Morro da Fumaça, de 17 de fevereiro de 2012.

ARMANDO BIF
Presidente

Rua Prefeito Paulino Bif, 151 - Centro - Morro da Fumaça - SC - 88830-000
www.cermoful.com.br - cermoful@cermoful.com.br (48) 3434-8100

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL QUE APROVOU AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CNPJ: 01.229.747/0001-89

NIRE: 42.4.0001818-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE – CERMOFUL. Aos 09 (nove) dias do mês de março de 2012 (dois mil e doze), nas dependências da sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Bif, nº 151 (número cento e cinquenta e um), centro, de Morro da Fumaça, em terceira e última convocação, às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos), com presença de 383 (trezentos e oitenta e tres) associados, conforme assinaturas registradas nas listas de presença, realizou-se a assembleia geral ordinária convocada pelo conselho de administração conforme edital abaixo transcrito. Edital de convocação – Assembleia geral ordinária. O Presidente da Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL, conforme disposições conferidas pelo estatuto social convoca os senhores associados para comparecerem à assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 09 (nove) de março de 2012 (dois mil e doze), nas dependências da sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Bif, nº 151 (número cento e cinquenta e um), centro, na cidade de Morro da Fumaça, às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos) em primeira convocação com presença de 2/3 (dois terços) de seus associados, às 18h30min (dezoito horas e trinta minutos) em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos) em terceira e última convocação com presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte: Ordem do dia: 1) (primeiro) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal referente ao exercício de 2011 (dois mil e onze), compreendendo: a) Relatório da gestão. b) Balanço patrimonial. c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício. d) Parecer do conselho fiscal e parecer da auditoria independente. 2) (segundo) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2011 (dois mil e onze). 3) (terceiro) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal para o ano de 2012 (dois mil e doze). 4) (quarto) Fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal. 5) (quinto) Plano de investimentos para o exercício de 2012 (dois mil e doze). 6) (sexto) Autorização para subscrever e integralizar como capital social os valores relativos aos medidores de propriedade dos associados. 7) (sétimo) Aprovação para doação das redes do sistema de iluminação pública para os municípios as quais estão instaladas. 8) (oitavo) Autorização para venda de bens do ativo imobilizado. 9) (nono) Assuntos gerais. Observações: a) Para efeito de verificação de “quorum” a Cooperativa possui 17.062 (dezessete mil e sessenta e dois) associados. b) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da ordem do dia, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 29/02/2012 (vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze), na sede social. c) Os interessados a concorrer aos cargos sociais de conselho fiscal, deverão compor chapas que deverão ser inscritas junto à administração até as 17h00min (dezessete) horas do dia 05 (cinco) de março de 2012 (dois mil e doze). d) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista no artigo 43 do estatuto social e expressa concordância de seus componentes. e) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho fiscal o item 3º (terceiro) da ordem do dia será votado por aclamação, salvo disposição expressa da assembleia. f) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer à

eleição do conselho fiscal, a votação mencionada no item 3º (terceiro) acontecerá no dia 10/03/2012 (dez de março de dois mil e doze), nas dependências da Escola de Educação Básica Princesa Isabel, sita a Rua 15 (quinze) de novembro, nesta cidade, no período das 8h00mim (oito) as 16h00mim (dezesseis) e a seguir apurado o resultado e empossados os eleitos. g) Para exercer seu direito de voto o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa. h) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto deverão apresentar contrato social e última alteração contratual ou ata para comprovação do representante legal. i) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto para comprovação do representante legal. j) Débitos quitados na data da assembleia deverão ser comprovados com apresentação de nota fiscal de fornecimento de energia elétrica devidamente paga. Morro da Fumaça, 17 (dezessete) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze). Armando Bif – presidente. Iniciando a assembleia o presidente cumprimentou os presentes, verificou o quorum de instalação e confirmado este, passou a compor a mesa. Convidou o senhor Zelindo dos Reis da Soller, secretário, Valdir de Costa, vice-presidente, Dionisio de Rochi, coordenador do conselho fiscal, Antonio Carlos de Pellegrin – gerente administrativo, Claudionor de Vasconcelos e Hesmezenrik Giordani Nunes, consultor para ocuparem seus lugares a mesa. Os trabalhos foram iniciados com o presidente Armando Bif cumprimentando a todos e solicitando dos presentes autorização para transferência da coordenação da assembleia ao associado Claudionor de Vasconcelos, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Assumindo esta função o associado Claudionor de Vasconcelos solicitou ao secretário que fizesse a leitura do edital de convocação, já transcrito nesta ata e informou que o presente edital foi divulgado da seguinte forma - Publicações: jornal Diário de Notícias, ano I (primeiro), edição nº (número) 164 (cento e sessenta e quatro), página nº (número) 10 (dez) do dia 17 (dezessete) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze); Jornal Panorama, ano 20 (vinte), edição nº (número) 950 (novecentos e cinquenta), página nº (número) 09 (nove) do dia 17 (dezessete) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze); Jornal Folha Regional, ano XII (doze), edição nº (número) 521 (quinhentos e vinte e um), página nº (número) 18 (dezoito), do dia 17 (dezessete) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze); Jornal Folha da Fumaça, ano IV (quatro), edição nº (número) 156 (cento e cinquenta e seis), página nº (número) 11 (onze), do dia 17 (dezessete) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze) e através de carta circular encaminhada a todos os associados cumprindo integralmente a determinação prevista no estatuto social. Cumprida a formalidade de leitura do edital de convocação o presidente da assembleia solicitou ao secretário a leitura do item primeiro da ordem do dia, que se refere a prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente ao exercício de 2011 (dois mil e onze) compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício; d) Parecer do conselho fiscal e parecer da auditoria independente. Para apresentar o relatório, o presidente convidou o senhor Hesmezenrik Giordani Nunes, consultor. Realizada a apresentação o presidente solicitou ao coordenador do conselho fiscal que fizesse a leitura do parecer do conselho

fiscal e a Antonio Carlos de Pellegrin a leitura do parecer dos auditores independentes referente às contas apresentadas. Lido os pareceres, que opinaram pela aprovação das contas, abriu-se espaço para perguntas, não havendo manifestações dos presentes. Ato contínuo, o presidente solicitou à assembleia que as votações sejam realizadas conforme artigo 26 (vinte e seis) do estatuto social mediante utilização de cartões de cores distintas para aprovação ou não dos itens, sendo esta solicitação aprovada por unanimidade. Já autorizado a presidir a assembleia o associado Claudionor de Vasconcelos submeteu à votação as peças que compõem as contas do exercício de 2011 (dois mil e onze) as quais foram aprovadas por unanimidade de votos. Retornando ao comando da assembleia o presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do item segundo da ordem do dia, que se refere as sobras do exercício de 2011 (dois mil e onze) as quais o conselho de administração propôs aos presentes a seguinte destinação: Fundo de reserva legal R\$ 449.074,75 (quatrocentos e quarenta e nove mil setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos); Fundo de assistência técnica educacional e social – FATES R\$ 449.074,75 (quatrocentos e quarenta e nove mil, setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos); Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição R\$ 2.245.373,74 (dois milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e setenta e três reais e setenta e quatro centavos) e sobras líquidas deduzidas de fundos obrigatórios e estatutários no valor de R\$ 1.347.224,23 (um milhão trezentos e quarenta e sete mil duzentos e vinte quatro reais e vinte e três centavos) que também sejam integralizadas ao fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição para cumprir programas de investimentos na universalização do serviço e vegetativo. Após debate e esclarecimentos a assembleia aprovou por unanimidade as destinações do valor total das sobras apuradas no exercício de 2011 (dois mil e onze) na forma acima proposta pelo conselho de administração. O secretário fez a leitura do item terceiro da ordem do dia no que se refere a eleição e posse dos componentes do conselho fiscal. Os associados presentes foram informados que houve a apresentação de chapa única a concorrer, assim constituída: **Conselho fiscal – Efetivo para período 2012 (dois mil e doze):** **Jaime Alcebiades Patricio**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, comerciante, portador da cédula de identidade nº 407.396, expedida pela SSP-SC, CPF nº 288.300.919-87, residente e domiciliado à Rua Vanteiro Margoti, nº 715, bairro Centro, município de Morro da Fumaça – SC, CEP 88.830-000, matrícula nº 1.658; **José Cesar Cizeski**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, comerciante, portador da cédula de identidade nº 5.369.029 expedida pela SSP-SC, CPF nº 378.265.499-49, residente e domiciliado à Rodovia Otávio Dassoler, s/nº, bairro Linha Cabral, município de Morro da Fumaça – SC, CEP 88.830-000, matrícula nº 5.048. **Manoel Marques**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, comerciante, portador da cédula de identidade nº 6/R 833.978, expedida pela SSP-SC, CPF nº 342.837.499-15, residente e domiciliado à Rua Dimer Pizzetti, nº 489, bairro Presidente Vargas, município de Içara – SC, CEP 88.820-000, matrícula nº 3.776; **Conselho fiscal – Suplente para o período 2012 (dois mil e doze):** **Rodson Bergmam**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, contador, portador da cédula de identidade nº 2.805.788-0, expedida pela SSP-SC, CPF nº 770.531.099-68, residente e

domiciliado à Avenida Antonio Soratto, nº 175, Distrito de Estação Cocal, município de Morro da Fumaça – SC, CEP 88.835-000, matrícula nº 10.014; **Manoel Bittencourt**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, cobrador, portador da cédula de identidade nº 537.851, expedida pela SSP-SC, CPF nº 871.495.599-72, residente e domiciliado à Rua Humberto Salvan, nº 25, bairro Esperança, município de Morro da Fumaça – SC, CEP 88.830.000, matrícula nº 1.570; **Eraldo Biella**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, modelista, portador da cédula de identidade nº 6/R 2.803.034, expedida pela SSP-SC, CPF nº 722.111.649-00, residente e domiciliado no Loteamento Daniela II, s/nº, Bairro Linha Batista, município de Criciúma – SC, CEP 88.800.000, matrícula nº 8.683. O presidente informou a todos que o conselho de administração, juntamente com o conselho fiscal, homologou os nomes a serem submetidos à apreciação da assembleia e pediu que os presentes se manifestassem quanto a eventuais impedimentos, para providências de exclusão e substituição de membros. Não houve manifestação e a chapa apresentada está apta a ser votada na forma prevista no edital de convocação. Todos os candidatos apresentaram declaração de desimpedimento onde consta o seguinte teor: a) Que “não estão impedidos por lei ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade”. b) Que “não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do conselho de administração”. c) Que “expressam seu consentimento em participar da chapa a ser submetida à apreciação da assembleia geral”. Apresentada a legalidade da chapa o presidente colocou em votação, sendo eleitos por unanimidade e empossados os eleitos em seus respectivos cargos. Em seguida o presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do item quarto da ordem do dia, que se refere a fixação de pró-labore ao presidente e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal. O conselho de administração opinou pela manutenção dos valores pagos atualmente a seguir descritos: Pró-labore ao presidente no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e cédula de presença por comparecimento as reuniões dos membros do conselho de administração e conselho fiscal no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais). Colocando a palavra a disposição dos associados não houve outras sugestões e a proposta foi colocada em votação e resultou aprovada por maioria de votos dos presentes. Em continuidade o secretário efetuou a leitura do item quinto da ordem do dia, que trata do plano de investimento para o exercício de 2012 (dois mil e doze) resultando nos seguintes projetos: **Distribuição:** ÁREA RURAL - Reforma de rede ramal Rio Comprudente, extensão de 4,30Km (quatro quilômetros e trezentos metros), investimento de R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais); Reforma de redes do Centro de Estação Cocal até Linha Pagnan extensão de 6,00 Km (seis quilômetros), investimento de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais); Aquisição de 03 reguladores de tensão a serem instalados no distrito de Estação Cocal, investimento de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais); Aquisição de 03 religadores a serem instalados no distrito de Estação Cocal, Rio Comprudente e Ribeirão da Areia, investimento de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais); Aquisição de novos transformadores para

ampliação de carga de 30 peças nas diversas localidades, investimento R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta reais); Troca de 120 (cento e vinte) medidores trifásicos e 240 (duzentos e quarenta) monofásicos, investimento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); **Comercialização:** Implantação de sistema de faturamento via fatura instantânea para agilidade e redução de custos; Submetidos a apreciação da assembleia o plano de investimentos para o exercício de 2012 (dois mil e onze) foi aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do item sexto da ordem do dia que é autorização para subscrever e integralizar como capital social os valores relativos aos medidores de propriedade dos associados. Prestados os esclarecimentos os presentes, mediante o uso dos cartões, aprovaram por unanimidade a integralização dos valores de medidores de propriedade dos associados na forma a seguir: a) medidores monofásico R\$ 40,00 (quarenta reais) b) medidores bifásico R\$ 50,00 (cinquenta reais) e c) medidores trifásico R\$ 100,00 (cem reais). O secretário fez a leitura do item 7º (sétimo) que delibera sobre a aprovação para doação das redes do sistema de iluminação pública para os municípios as quais estão instaladas. A administração informou aos associados que esta disposição atende a determinação da ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica) visto que o patrimônio e a manutenção do serviço de iluminação pública é obrigação do poder público municipal. Aberto o espaço para perguntas todas foram respondidas satisfatoriamente. Submetido o item a votação, foi aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do item 8º (oitavo) que solicita autorização para venda de bens do ativo imobilizado. Foi apresentada a proposta para venda dos veículos utilitários FIAT STRADA FIRE, ano 2004 (dois mil e quatro), modelo 2005 (dois mil e cinco), código RENAVAM nº 830425667 e FIAT STRADA TREK FLEX, ano 2006 (dois mil e seis), modelo 2007 (dois mil e sete), código RENAVAM nº 890447616. Justificada pela administração a necessidade de adquirir veículos novos para a manutenção da qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica e submetida a solicitação a votação, foi aprovada por unanimidade. Apresentado o item 9º (nono) Assuntos gerais. No item nono "assuntos gerais", apresentado pelo secretário, a palavra ficou a disposição dos associados. Como não houve manifestações o presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a assembleia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo presidente e atendendo ao disposto na Instrução Normativa 101/2006 (cento e um do ano de dois mil e seis) do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio), certificamos que estiveram presentes a esta assembleia 383 associados conforme cópia autêntica da lista de presença que passa a integrar esta ata e observado o quorum legal foi designado pela assembleia 10 (dez) associados para assiná-la, que são: Augusto de Agostin, Vitalino Maragno, Vanderlei da Silva Gonçalves, Marcelo de Costa, Ademar Bertan, Rosania de Souza Maximo, Fernando Cardoso Militão, Claudionor de Vasconcelos, José Luiz Mauricio Pereira, Paulo Roberto de Pellegrin. A assinatura dos citados ocorre pela impossibilidade de acolhimento da assinatura de todos os presentes neste instrumento. Esta ata foi produzida por meio eletrônico atendendo ao disposto no artigo 26 (vinte e seis) parágrafo 2º (segundo) do estatuto social.

Morro da Fumaça, 09 de março de 2012.



Armando Bif – Presidente

Augusto de Agostin



Vanderlei da Silva Gonçalves

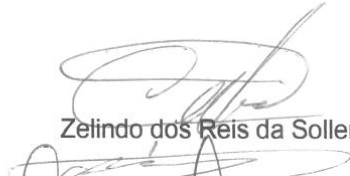
Ademar Bertan



Fernando Cardoso Militão



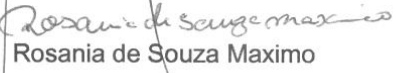
José Luiz Maurício Pereira



Zelindo dos Reis da Soller – Secretário

Vitalino Maragno

Marcelo de Costa



Rosania de Souza Maximo

Rosania de Souza Maximo



Claudionor de Vasconcelos



Paulo Roberto de Pellegrin

A PERFORMANCE SOCIAL DA CERMOFUL EM NÚMEROS



BALANÇO SOCIAL 2011

BALANÇO SOCIAL

Exercício 2011

Informações complementares

Responsabilidade social é muito mais do que gestos episódicos de filantropia, motivados por considerações de marketing ou relações públicas. É mais do que, garantir que o produto da CERMOFUL seja seguro e confiável. É mais do que, gerar riquezas e empregos e recolher impostos na condução normal dos negócios.

Para a CERMOFUL, é um conjunto de políticas, programas e práticas que não apenas atendam, mas ultrapassem as exigências éticas e legais no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

É uma atitude proativa de estender a mão aos mais carentes, ajudando a reduzir as chagas sociais. É ter solidariedade como um valor, que permeia e baliza toda a atuação da CERMOFUL, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Equacionado as questões sociais mais graves na sua área de atuação relacionadas especificamente com o setor de energia elétrica, nossos planos se voltam para ampliar sua atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam nossa população.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

Marca registrada da nossa atuação são os amplos programas de eletrificação rural e urbana, levados a cabo nos últimos anos que universalizaram os benefícios da energia elétrica na área de permissão, atendendo a 100% dos consumidores.

Preservando e restaurando o meio ambiente

Rede compacta/multiplexada ou linha verde - Rede compacta, multiplexada ou linha verde é o sistema de rede de distribuição protegida, desenvolvido para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica.

O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores, são substancialmente reduzidas. A CERMOFUL já conta com 5,1 km de rede compacta/multiplexada.

Responsabilidade ambiental - A questão ambiental passou a fazer parte das ações e serviços prestados pela CERMOFUL. No ano de 2011, foram desenvolvidas varias ações que obtiveram resultados bem significativos.

A região que abrange os serviços prestados pela CERMOFUL, durante muitos anos, sofre com os impactos ambientais advindos das mais diversas atividades industriais. Além disso, pouco tem sido feito por prefeituras e empresas em defesa do meio ambiente, mesmo com a crescente repercussão sobre efeitos danosos que o homem tem provocado sobre ele.

Neste contexto, a CERMOFUL através de diversas atividades, buscou no ano de 2011, estimular a boa prática ambiental ao maior número de pessoas em sua área de atuação. Entre as ações realizadas estão:

Redes de distribuição: A Cermoful deu continuidade ao programa rede verde, com objetivo de construir redes de distribuição com responsabilidade ambiental.

João de Barro: O pássaro João de Barro ao se instalar nos postes da rede elétrica provoca problemas no funcionamento do sistema elétrico. A cooperativa criou um plano para que a retirada dos ninhos de forma legal, este teve autorização do IBAMA (Nº 13/2011- NUFAU/IBAMA/SC), e posto em prática conforme as orientações do mesmo.

Resíduos sólidos: A Cermoful continuou no ano de 2011 recolhendo todas as sobras de material utilizado na construção de redes e também na manutenção de equipamentos. Assim como os resíduos gerados por todos os serviços são separados e destinados conforme a norma de coleta seletiva.

Emissões atmosféricas: Preocupada com as emissões CO₂ que seus veículos geram, a cooperativa compensou sua emissão de CO₂ através do Programa Carbono Zero. Durante o ano foi distribuído e plantado em seus projetos mais de 500 mudas de árvores nativas.

Educação ambiental: Visando a preocupação com as questões ambientais que afetam a região a qual a cooperativa oferece serviços foi desenvolvido projeto ambiental externo DIA DA ÁRVORE CERMOFUL.

Durante o dia 21 de setembro diversas atividades voltadas à conservação e a preservação do Meio Ambiente foram desenvolvidas para os associados e consumidores.

Prêmio expressão de ecologia: A cooperativa recebeu no ano de 2011 a maior premiação da região sul na área ambiental. Com o tema “Gestão Ambiental Cermoful gera benefícios a seus associados” a empresa recebeu o Troféu Onda Verde no fórum de Gestão Sustentável 2011. O prêmio é resultado das diversas práticas de gestão ambiental que a cooperativa vem implantando no seu dia a dia.

Filantropia e trabalho voluntário

Doações, contribuições e patrocínios – No exercício de 2011, a CERMOFUL efetuou várias doações, contribuições e patrocínios a diversas entidades, conforme relação: Desafio Jovem da Última Hora – Urussanga Velha – Içara –R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais); Centro de Recuperação Vida Jovem – Urussanga Velha – Içara –R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais); Associação de Bombeiros Comunitários de Morro da Fumaça – Bairro de Costa – Morro da Fumaça –R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais); Igreja Só o Senhor é Deus – Presidente Vargas – Içara – R\$ 400,00 (quatrocentos reais); Estratégia Saúde da Família – Presidente Vargas – Içara R\$ 500,00 (quinhentos reais); Escola Ignácio Mrotskouski – Estação Cocal – Morro da Fumaça – R\$ 200,00 (duzentos reais); Clube de Mães Estação Cocal – Estação Cocal – Morro da Fumaça R\$ 200,00 (duzentos reais); Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Bairro Napolini – Morro da Fumaça – R\$ 200,00 (duzentos reais); Igreja Evangélica Assembléia De Deus – Estação Cocal – Morro da Fumaça - R\$ 400,00 (quatrocentos reais); Igreja do Evangelho Quadrangular – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 200,00 (duzentos reais); Centro de Educação Infantil Municipal Professora Glaudineia Angela Citadin Furtado – Bairro Imigrantes – Criciúma – R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais); Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 200,00 (duzentos reais); Escola de Educação Básica Quintino Folharin Dajori – Presidente Vargas – R\$ 1.000,00 (um mil reais); Capela São José Operário – Bairro Napolini – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Capela Santíssima Trindade – Linha Cabral – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ignácio Rzatki – Linha Batista – Criciúma – R\$ 300,00 (trezentos reais); Centro de Educação Infantil Municipal Demboski – Bairro Demboski – Criciúma – R\$ 300,00 (trezentos reais); Associação de Moradores do Bairro Vila Rica – Vila Rica - Criciúma – R\$ 800,00 (oitocentos reais); Escola de Educação Básica Municipal Pietro Maccari – Bairro de Costa – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Associação Amigos da COHAB – Bairro COHAB – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Escola municipal de Ensino Fundamental Ignácio João Monteiro – Bairro Demboski – Içara – R\$ 300,00 (trezentos reais); Escola de Educação Básica Municipal Vicente Guollo – Bairro Napolini – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Lions Clube de Morro da Fumaça – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Associação Beneficente Cristã Estação Vida – Estação Cocal – Morro da Fumaça – R\$ 800,00 (oitocentos reais); Escola de Educação Básica Municipal Olívio Recco – Linha Frasson – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Escola de Educação Básica Municipal Biázio Maragno – Estação Cocal – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Associação de Moradores do Bairro Imigrantes – Bairro Imigrantes – Criciúma – R\$ 300,00 (trezentos reais); Grupo de Amigos Veteranos Vila Rica – Bairro Vila Rica – Criciúma – R\$ 300,00 (trezentos reais); Capela São Casemiro – Linha Batista – Criciúma – R\$ 300,00 (trezentos reais); Jornal Folha da Fumaça – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Associação de Moradores do Bairro Presidente Vargas – Presidente Vargas – Içara – R\$ 300,00 (trezentos reais); Capela Santa Rita de Cássia – Presidente Vargas – Içara – R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais); Igreja Evangélica Betel Conservadora – Estação Cocal – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Associação de Moradores São Pedro – Bairro São Pedro – Urussanga – R\$ 300,00 (trezentos reais); Centro de Educação Infantil Pellegrin Padoin – Mina Fluorita – Morro da Fumaça – R\$ 300,00 (trezentos reais); Centro de Educação Infantil Honorata

Pavei Maccari – Linha Torrens - Morro da Fumaça R\$ 200,00 (duzentos reais) Capela Nossa Senhora Aparecida Demboski – Bairro Demboski – Criciúma – R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais); EFIAS – Entidade Feminina Içarense de Assistência Social – Bairro Presidente Vargas – Içara – R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais); Primeiro Evento Fumaça Figh – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 400,00 (quatrocentos reais); Rádio Morro da Fumaça Sul – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); Associação Rádio Difusão Comunitária e Jornal Morro da Fumaça – Bairro Napolini – Morro da Fumaça R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais); Murilo Vieira Marques, Sexto Campeonato de Jiu Jitsu –São José – Santa Catarina R\$ 500,00 (quinhentos reais); Associação de Amigos da Linha Barracão – Linha Barracão - Morro da Fumaça – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Capela Santa Catarina – Estação Cocal – Morro da Fumaça – R\$ 1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais); CAEP Rio Comprudente – Cocal do SUL – R\$ 700,00 (Setecentos reais); Associação de Motociclistas Trilheiros do Taquari – Estação Cocal – Morro da Fumaça – R\$ 1.000,00 (um mil reais); Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Bairro Esperança – Morro da Fumaça R\$ 1.000,00 (um mil reais); Capela Santa Terezinha – Bairro Vila Rica – Criciúma – R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); Leo Clube de Morro da Fumaça – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 2.000,00 (dois mil reais); Associação Atlética Presidente Vargas – Bairro Presidente Vargas – Içara – R\$ 3.000,00 (três mil reais); Ginásio de Esportes Jorge Silva – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 3.000,00 (três mil reais); Associação do Conselho de Saúde do Bairro Presidente Vargas – Bairro Presidente Vargas – Içara R\$ 500,00 (quinhentos reais); Associação Beneficente Vida Nova - Estação Cocal – Morro da Fumaça – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); Capela Nossa Senhora Aparecida – Mina Fluorita – Morro da Fumaça R\$ 500,00 (quinhentos reais); Capela Nossa Senhora da Conceição Aparecida – Bairro Demboski – Criciúma – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Genuir Antonio Grapiglia – Linha Torrens – Morro da Fumaça – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Grupo Folclórico Vá Pensiero – Bairro Menino Jesus – Morro da Fumaça – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Escola de Educação Básica Ignácio Stakowski – Presidente Vargas – Içara – R\$ 1.000,00 (um mil reais); Equipe de Ciclismo de Morro da Fumaça – Evento 2º Marathon da Fumaça – Morro da Fumaça – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Associação Recreativa e Esportiva da Polícia Rodoviária – Centro – Cocal do Sul R\$ 500,00 (quinhentos reais); Comissão de Festeiros da Linha Torres – Linha Torrens – Morro da Fumaça – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Associação de Terno de Reis São Sebastião – Bairro Napolini – Morro da Fumaça – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Secretária de Esporte e Turismo de Morro da Fumaça – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); Associação Trevisani Nel Mondo di Morro da Fumaça – Linha Barracão Morro da Fumaça – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Associação de Moradores da Linha Serafim – Linha Serafim – Morro da Fumaça – R\$ 500,00 (quinhentos reais); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Morro da Fumaça R\$ 12.000,00 (doze mil reais); Associação Cantinho do Amor – Loteamento Pellegrin – Morro da Fumaça – R\$ 11.000,00 (onze mil reais); Profas – Programa Fumacense de Ação Social – Bairro Jussara – Morro da Fumaça – R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais); Centro Espírita Raio de Luz – Centro – Morro da Fumaça – R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

Doação ao Fundo Social - ICMS Santa Catarina: No exercício de 2011, a CERMOFUL, conforme disposição da Lei nº 14.600, de 29 de dezembro de 2008, efetuou contribuição para o fundo social da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, onde, em 09 meses de recolhimento ao fundo, totalizou o montante de R\$ 269.834,61, que o Estado de Santa Catarina, distribui a entidades de caráter social e filantrópico.

MESES	TOTAL ICMS	DEVOLUÇÃO	CREDITO IMOBILIZADO	OUTROS CREDITOS	SALDO A PAGAR	FUNDO 6% SOCIAL	10% FUNDO SOCIAL	PTEC 5%	ICMS PAGO
jan/11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
fev/11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
mar/11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
abr/11	559.183,12	39,13	15.847,65	0,00	543.296,34	27.959,10	2.795,91	27.959,16	484.582,17
mai/11	589.317,64	0,00	17.345,69	35.060,00	536.911,95	26.845,50	2.684,55	26.845,60	480.536,30
jun/11	615.023,56	0,00	17.576,31	34.987,47	562.459,78	30.751,10	3.075,11	30.751,18	497.882,39
jul/11	566.004,37	28,24	17.415,74	34.710,27	513.850,12	28.298,70	2.829,87	28.298,81	454.422,74
ago/11	635.909,04	0,00	17.497,07	34.536,72	583.875,25	31.795,35	3.179,53	31.795,45	517.104,92
set/11	610.579,81	0,00	17.011,77	34.364,04	559.204,00	30.528,89	3.052,88	30.528,99	495.093,24
out/11	598.753,22	0,00	16.875,27	34.192,22	547.685,73	29.937,56	2.993,75	29.937,66	484.816,76
nov/11	653.663,75	0,00	16.682,89	34.021,26	602.959,60	32.683,09	3.268,30	32.683,19	534.325,02
dez/11	620.708,34	0,00	16.343,34	33.851,15	570.513,85	31.035,32	3.103,52	31.035,42	505.339,59
TOTAL	5.449.142,85	67,37	152.595,73	275.723,13	5.020.823,99	269.834,61	26.983,41	269.835,45	4.454.103,15

Com o recolhimento ao fundo social, a CERMOFUL tem o benefício de desconto de 10% sobre o valor recolhido ao fundo em relação ao valor a pagar de ICMS, valor este, que no ano de 2011, totalizou R\$ 26.983,41, doados para Sociedade Esportiva e Recreativa Rui Barbosa, de Morro da Fumaça, conforme determinação do Conselho de Administração.

Eventos sociais - No tocante a eventos sociais, a CERMOFUL realizou em 2011, os seguintes eventos para integração dos associados em sua área de abrangência:

18º Natal CERMOFUL: realizado no dia 16 de dezembro de 2011, o Natal Cermoful emociona a cada ano com apresentações culturais na área de música, dança e a chegada do Papai Noel.

Também se realizou o sorteio de cestas de natal e 49 bicicletas ao público que prestigiou o evento, que recebeu na entrada do Ginásio Jorge Silva, uma pulseira do evento personalizada e numerada para participar do sorteio de outros brindes.

“O sorteio dos demais prêmios, como 02 motocicletas, 01 geladeira, 01 TV 32” e 01 forno microondas, foi apenas para os associados com as contas em dia.

Indicadores Internos

Capacitação e desenvolvimento profissional - As pessoas constituem o maior patrimônio das organizações. O treinamento é o processo de desenvolver qualidade nos recursos humanos para habilitá-los a serem mais produtivos e, contribuir melhor para o alcance dos objetivos organizacionais. O propósito do treinamento é aumentar a produtividade dos indivíduos em seus cargos, influenciando seus comportamentos e desenvolvendo os profissionais.

Em 2011, foram realizadas atividades de T&D, por meio de grupos de trabalho, direcionando a qualidade de vida do colaborador através de palestras, grupos e eventos na empresa, sempre no intuito de melhorar a eficiência e eficácia dos serviços e desenvolver os colaboradores.

Educação - A CERMOFUL vêm, desde 2007, incentivando seus colaboradores a praticar cursos profissionalizantes, cursos de ensino fundamental e médio, cursos superior e pós-superior, cursos de computação, cursos de especialização no setor elétrico em todas as áreas, palestras e outros estudos de forma a qualificar e profissionalizar cada vez mais o corpo funcional da empresa, perante as novas exigências do Setor Elétrico Brasileiro.

Comprometimento com os colaboradores - A CERMOFUL torna público que mantém compromisso com os colaboradores, onde adere a diretrizes que respeitam o direito dos trabalhadores, como: Garantir remuneração adequada; Respeitar a legislação pertinente ao horário de trabalho e a respectiva jornada semanal; Respeitar a liberdade de associação e negociação coletiva; Proporcionar ambiente saudável e seguro a todos os seus colaboradores; Não usar ou apoiar o trabalho forçado; Não empregar ou apoiar o uso de trabalho infantil; Não se envolver ou apoiar quaisquer tipos de discriminação; Não usar ou apoiar práticas disciplinares abusivas como punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal.

Oferta de trabalho para deficientes físicos: A CERMOFUL integra em seu quadro de colaboradores, um profissional capacitado que opera atualmente no COD - Centro de Operação da Distribuição.

Programa de estagiários: Mediante convênio com a SATC - Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina, de Criciúma, a CERMOFUL ofereceu em 2011, oportunidade de estágio para 02 alunos na área técnica.

CIPA CERMOFUL - A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos colaboradores, de forma paritária, em cada setor da empresa, que tem a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

O objetivo da CIPA é "observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos". Sua missão é,

portanto, a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores. Seu papel mais importante é o de estabelecer uma relação de diálogo e conscientização, de forma criativa e participativa, entre gerentes e colaboradores, em relação à forma como os trabalhos são realizados, objetivando sempre melhorar as condições de trabalho, visando a humanização do trabalho e procurando atualizar-se com o que de mais moderno em questão de segurança.

A CIPA foi constituída na CERMOFUL em maio de 1998, com o intuito de preservar a saúde e a integridade dos seus colaboradores, sendo que, as atividades realizadas pela CERMOFUL possuem alto grau de periculosidade. Com isso, foram designados pela diretoria quatro (4) colaboradores e outros quatro (4) colaboradores foram eleitos. Esta comissão se reuni uma vez por mês para encontrar melhores soluções e assim, garantir a saúde e integridade dos colaboradores da CERMOFUL.

Além dos encontros mensais, a CIPA realiza uma vez por ano, a Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (SIPAT), sendo que, a última foi realizada em agosto de 2011. É uma semana dedicada a aprender mais sobre segurança no trabalho e qualidade de vida, onde foram realizadas palestras de diversos temas, como saúde, primeiros socorros e motivacionais. Essas atividades são importantes para incentivar a segurança tanto dos nossos colaboradores, quanto para a sociedade.

Sistema de gestão da qualidade NBR ISO 9001: O comitê de gestão da qualidade da CERMOFUL é uma comissão constituída pelos responsáveis de cada setor, alta administração e um gestor da qualidade, que tem a finalidade de assegurar que o sistema de gestão da qualidade garanta melhoria contínua dos processos, focando o cliente e/ou associado.

A CERMOFUL busca com a padronização dos processos, melhorar a qualidade da energia elétrica e demais serviços prestados ao consumidor, com base nos requisitos da norma ABNT NBR ISO 9001:2008, definindo como escopo: "Distribuição de energia elétrica".

A visão para o sistema de gestão da qualidade, evidência o que os clientes esperam dos serviços prestados pela CERMOFUL, esta visão é divulgada e mantida por todos os colaboradores, e está definida como política da qualidade da CERMOFUL: "Fornecer energia elétrica com qualidade e segurança acima dos padrões do setor elétrico, satisfazendo os clientes, através do desenvolvimento dos colaboradores, investindo em tecnologia e melhoria dos processos. Garantindo a sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade sócio-ambiental."

Para garantir que o sistema de gestão da qualidade seja contemplado em todos os requisitos, que são exigidos pela norma ABNT ISO 9001:2008, as metas a serem monitoradas:

- Qualidade do fornecimento de energia elétrica;
- Satisfação dos colaboradores; e
- Sustentabilidade econômica.

No ano de 2010, o sistema de gestão da qualidade da CERMOFUL foi acreditado pela Certificadora Det Norske Veritas. Para o ano de 2011, obteve-se a manutenção do sistema de gestão da qualidade com monitoramento e controle dos indicadores de eficácia, e melhoria contínua da empresa.

Além da necessidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados, a certificação da NBR ISO 9001 para as empresas de distribuição de energia elétrica é obrigatória, pois a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL tem como umas das exigências para concessão ou permissão.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	2011			2010		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			27.330			21.334
Sobra operacional (SO)			5.453			5.520
Folha de pagamento bruta (FPB)			5.122			4.534
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
	FPB	RL		FPB	RL	
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	151	2,95%	0,55%	143	3,15%	0,67%
Encargos sociais compulsórios	1.401	27,35%	5,13%	1.248	27,53%	5,85%
Entidade de previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	172	3,36%	0,63%	159	3,51%	0,75%
Segurança no trabalho - Cipa e exames periódicos	11	0,21%	0,04%	9	0,20%	0,04%
Educação - Auxílio educação	84	1,64%	0,31%	73	1,61%	0,34%
Capacitação e desenvolvimento profissional	18	0,35%	0,07%	11	0,24%	0,05%
Auxílio creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Seguro de vida	58	1,13%	0,21%	46	1,01%	0,22%
Roupas profissionais	59	1,15%	0,22%	61	1,35%	0,29%
Total	1.954	38,15%	7,15%	1.750	38,60%	8,20%
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
	LO	RL		LO	RL	
Doações e contribuições	149	2,73%	0,55%	139	2,52%	0,65%
Eventos e promoções	196	3,59%	0,72%	337	6,11%	1,58%
Patrocínio esporte	96	1,76%	0,35%	19	0,34%	0,09%
Total de contribuições para sociedade	441	8,09%	1,61%	495	8,97%	2,32%
Tributos - excluídos encargos sociais	7.366	135,08%	26,95%	6.646	120,40%	31,15%
Federais - (PIS, COFINS, IR, CS)	95	1,74%	0,35%	306	5,54%	1,43%
Estaduais - (ICMS, IPVA)	7.269	133,30%	26,60%	6.336	114,78%	29,70%
Municipais - (IPTU, Alvará)	2	0,04%	0,01%	4	0,07%	0,02%
Total	7.807	143,17%	28,57%	7.141	129,37%	33,47%
4 - Indicadores ambientais						
	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
	LO	RL		LO	RL	
Relacionamento com a operação da empresa						
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	18	0,33%	0,08%
Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais/Projetos externos						
Sistema de Gestão Ambiental - SGA	5	0,09%	0,02%	75	1,36%	0,35%
Distribuição e plantio de mudas de árvores	1	0,02%	0,00%	1	0,02%	0,00%
Total	6	0,11%	0,02%	94	1,70%	0,44%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

- () não possui metas
 () não possui metas
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 51 a 75%
 () cumpre de 51 a 75%
 (x) cumpre de 76 a 100 %
 (x) cumpre de 76 a 100 %

	2011	2010
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	57	55
Escolaridade dos empregados		
Analfabetos	-	-
Com ensino fundamental	16	16
Com ensino médio	14	15
Com ensino técnico	14	8
Com ensino superior	10	10
Pós-graduados	3	6
Faixa etária dos empregados		
Menores de 18 anos	-	-
De 18 a 35 anos	22	25
De 36 a 60 anos (exclusive)	34	30
Acima de 60 anos	1	-
Admissões durante o período	11	3
Demissões durante o período	9	3
Mulheres que trabalham na empresa	13	13
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	-	-
Negros que trabalham na empresa	3	3
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
Portadores de necessidades especiais	1	1
Dependentes	68	44
Estagiários	-	-
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11,99	11,99
Acidentes de trabalho	-	2
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2011 e 2010 foram definidos por:	Direção e gerência	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Conselho de administração	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Cipa	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	São sugeridos	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Apóia	

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

	2011	2010
Pessoal	22,5%	20,0%
Governo	45,8%	47,1%
Financiadores	10,1%	17,0%
Associados	21,6%	15,9%
	100,0%	100,0%



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

Senhores associados

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL submete à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme disposições estatutárias.

Mensagem da Administração

A CERMOFUL implantou um conjunto de práticas de relacionamento comercial com seus associados alicerçado, principalmente, na qualidade de seu produto, energia elétrica, e serviços, atendimento, na preservação da credibilidade junto aos associados, sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda sua área de atuação.

O investimento contínuo na melhoria dos meios de comunicação, a CERMOFUL busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato do associado com a Cooperativa.

Mantivemos a política de gestão dos recursos humanos, adotando de forma definitiva, uma melhor prática de remuneração de nossos empregados

No exercício de 2011, participamos de vários eventos na ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica em Brasília, Distrito Federal, com objetivo de se interar das ações e mudanças obrigatórias para as cooperativas de infraestrutura a partir da assinatura do contrato de permissão, tornando-as agentes do setor elétrico brasileiro.

O investimento em capacitação e treinamento de pessoal, com vistas às novas exigências regulatórias estão sendo uma meta prioritária ao nosso objetivo.

Por fim, afirmamos que todos os resultados alcançados, no ano de 2011, são resultantes de trabalho árduo e dedicação.

Em 2012, continuaremos a cumprir nossa missão trabalhando de forma planejada para oferecer energia elétrica de qualidade com continuidade de forma a atender as necessidades de nossos associados e consumidores.

Armando Bif
Presidente

Zelindo dos Reis da Soler
Secretário

2011



DEMONSTRAÇÕES REGULATÓRIAS



BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas de Ajuste	2011			2010		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Circulante		5.260	-	5.260	4.961	-	4.961
Consumidores	[1]	4.517	-	4.517	3.980	-	3.980
Despesas pagas antecipadamente	[2]	28	-	28	19	-	19
Outros ativos circulantes não afetados		715	-	715	962	-	962
Não Circulante		2.402	-	2.402	2.604	-	2.604
Consumidores	[1]	2.118	-	2.118	2.354	-	2.354
Débitos fiscais diferidos	[3]	226	-	226	197	-	197
Despesas pagas antecipadamente	[2]	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro da permissão		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes não afetados		58	-	58	53	-	53
Investimentos	[4]	155	-	155	1.884	-	1.884
Imobilizado	[5]	-	28.518	28.518	25.144	-	25.144
Em serviço		-	36.733	36.733	32.546	-	32.546
(-) Reintegração acumulada		-	(9.988)	(9.988)	(8.366)	-	(8.366)
Em curso		-	(1.773)	1.773	964	-	964
Intangível	[6]	28.518	(28.518)	-	-	-	-
Em serviço		36.733	(36.733)	-	-	-	-
(-) Amortização acumulada		(9.988)	9.988	-	-	-	-
Em curso		1.773	(1.773)	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		36.335	-	36.335	34.593	-	34.593

PASSIVO	Notas de ajuste	2011			2010		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Circulante		8.530	-	8.530	12.172	-	12.172
Passivos regulatórios	[7]	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes não afetados		8.530	-	8.530	12.172	-	12.172
Não Circulante		3.909	-	3.909	3.194	-	3.194
Passivos regulatórios	[7]	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes não afetados		3.909	-	3.909	3.194	-	3.194
Patrimônio líquido		23.896	-	23.896	19.227	-	19.227
Capital social		12.090	-	12.090	11.348	-	11.348
Reserva de capital		8.290	-	8.290	5.563	-	5.563
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-
Reserva de avaliação patrimonial	[8]	2.169	-	2.169	1.588	-	1.588
Sobras (perdas) acumuladas	[9]	1.347	-	1.347	728	-	728
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		36.335	-	36.335	34.593	-	34.593

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-O-7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2011			2010		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	[10]	36.518	(4.452)	32.066	28.488	-	28.488
Fornecimento de energia elétrica		16.400	-	16.400	14.729	-	14.729
Receita de disp. da rede elétrica		15.305	-	15.305	13.447	-	13.447
Receita de atividades não vinculadas	[11]	-	-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas	[12]	4.813	(4.452)	361	312	-	312
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		9.188	-	9.188	7.154	-	7.154
Tributos e encargos		7.261	-	7.261	6.365	-	6.365
Federais		56	-	56	50	-	50
Estaduais		7.205	-	7.205	6.315	-	6.315
Encargos - Parcela "A"		1.927	-	1.927	789	-	789
Reserva legal de reversão - RGR		533	-	533	215	-	215
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		90	-	90	32	-	32
Conta de desenvolvimento energético - CDE		457	-	457	290	-	290
Conta de consumo de combustíveis - CCC		685	-	685	199	-	199
Programa de eficiência energética - PEE		89	-	89	32	-	32
Outros encargos (CCC adicional)		73	-	73	21	-	21
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		27.330	-	22.878	21.334	-	21.334
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		7.480	-	7.480	8.448	-	8.448
Energia elétrica comprada para revenda	[13]	3.839	-	3.839	4.698	-	4.698
Energia elétrica comprada - Proinfra		338	-	338	133	-	133
Encargo de uso do sistema de distribuição		3.241	-	3.241	3.597	-	3.597
Taxa de fiscalização		62	-	62	20	-	20
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		19.850	-	15.398	12.886	-	12.886
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		14.397	5.059	9.338	7.365	-	7.365
Pessoal		4.879	-	4.879	4.344	-	4.344
Administradores		243	-	243	190	-	190
Serviços de terceiros		1.407	-	1.407	1.123	-	1.123
Material		734	-	734	689	-	689
Arrendamento e aluguéis		16	-	16	10	-	10
Tributos		66	-	66	195	-	195
Seguros		25	-	25	24	-	24
Outros	[12]	5.244	5.059	185	199	-	199
Provisão para devedores duvidosos		14	-	14	(995)	-	(995)
Depreciação	[5]	128	(1.641)	1.769	1.586	-	1.586
Amortização	[6]	1.641	1.641	-	-	-	-
Despesas das atividades não vinculadas		-	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DE PERMISSÃO		5.453	-	6.060	5.521	-	5.521
RESULTADO EXTRAPERMISSÃO	[14]	(1.457)	-	(2.064)	(2.595)	-	(2.595)
(+) Receita financeira		398	-	398	1.146	-	1.146
(-) Despesa financeira		(1.855)	-	(1.855)	(3.016)	-	(3.016)
(+) Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	(607)	(607)	(725)	-	(725)
(=) SOBRA ANTES DA IRPJ/CSLL		3.996	-	3.996	2.926	-	2.926
(-) Imposto de renda		25	-	25	56	-	56
(-) Contribuição social		14	-	14	29	-	29
(=) SOBRA DO EXERCÍCIO		3.957	-	3.957	2.841	-	2.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-O-7

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO

EM 01 DE JANEIRO DE 2011 A 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(valores expressos em milhares de reais)

	Saldo em 1 de janeiro de 2011	Adições	Baixas	Transferências	Outras	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Atividade: Distribuição						
Imobilização em serviço	30.309	3.464	(429)	-	-	33.343
(-) Reintegração acumulada	(7.681)	(1.632)	94	-	-	(9.218)
Imobilização em curso	964	11.307	(10.498)	-	-	1.773
Total	23.592	13.139	(10.832)	-	-	25.898
Atividade: Administração						
Imobilização em serviço	1.887	97	(77)	-	1.115	3.023
(-) Reintegração acumulada	(662)	(136)	55	-	-	(742)
Imobilização em curso	-	-	-	-	-	-
Total	1.225	(39)	(22)	-	1.115	2.280
Atividade: Comercialização						
Imobilização em serviço	40	6	-	-	-	46
(-) Reintegração acumulada	(93)	(4)	-	-	-	(14)
Imobilização em curso	-	-	-	-	-	-
Total	31	2	-	-	-	33
Subtotal	24.847	13.103	(10.854)	-	1.115	28.211
Obrigações Especiais - Distribuição						
Imobilização em serviço	10	168	-	-	-	178
(-) Reintegração acumulada	-	-	-	-	-	-
Imobilização em curso	23	158	-	-	-	181
Subtotal	24.880	13.429	(10.854)	-	1.115	28.570
Intangíveis	297	10	-	-	-	307
Imobilização em serviço	311	10	-	-	-	321
Distribuição	-	-	-	-	-	-
Administração	311	10	-	-	-	321
Comercialização	-	-	-	-	-	-
(-) Reintegração acumulada	(14)	-	-	-	-	(14)
Distribuição	-	-	-	-	-	-
Administração	(14)	-	-	-	-	(14)
Comercialização	-	-	-	-	-	-
Imobilização em curso	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-O-7

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, pronunciamentos, orientações e interpretações, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A ANEEL instituiu a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa nº 396/2010, a qual difere da contabilidade societária, principalmente pela não aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

A Contabilidade Regulatória é aplicada às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e de distribuição de energia elétrica de forma que seus registros contábeis representam adequadamente a situação econômico-financeira.

O despacho ANEEL nº 4.991 de 29/12/2011, determinou o uso de novos modelos de apresentação e divulgação do Balanço Patrimonial Regulatório e Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório.

O novo modelo da Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório tem como objetivo a divulgação do resultado em formato que espelha a estrutura tarifária, apresentando os resultados antes e após os custos gerenciáveis, permitindo análise comparativa entre o resultado obtido e a tarifa concedida.

As demonstrações foram estruturadas e sustentadas no Balanço Mensal Padronizado – BMP, juntamente com a conciliação entre o resultado das referidas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração, pelo conselho fiscal e assembléia geral.

1. CONSUMIDORES

Informações descritas na nota explicativa nº 7 do balanço societário não existindo ajuste para este item.

As disposições abaixo não se aplicam à permissionária visto que esta ainda não foi contemplada com revisão tarifária e as disposições contidas na metodologia SINCOOR não caracterizam a obrigação.

	2011			2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Desconto TUST E TUSD	-	-	-	-	-	-
Desconto irrigação e Aquicultura	-	-	-	-	-	-
Subsidio Baixa Renda	-	-	-	-	-	-
Comp. Finc. Int. Fornecimento	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

2. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As disposições abaixo também não se aplicam à permissionária visto que esta ainda não foi contemplada com revisão tarifária e as disposições contidas na metodologia SINCOOR não caracterizam a obrigação, portanto não existindo ajuste para este item.

Demais despesas operacionais pagas antecipadamente estão descritas na nota nº 12 do balanço societário.

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
CVA	-	-	-	-	-	-
Revisão Tarifária	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação	-	-	-	-	-	-
Subvenção Baixa Renda - perdas	-	-	-	-	-	-
Neutral. dos encargos setoriais	-	-	-	-	-	-
Diferenças - PLPT	-	-	-	-	-	-
Outros Componentes financeiros	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

3. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

3.1. Créditos fiscais federais

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF / PIS/ COFINS/ CSLL	1	-	1	1	-	1
Total	1	-	-	-	-	1

3.2. Créditos fiscais estaduais

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	169	226	395	180	197	377
Total	169	226	395	180	197	377

4. INVESTIMENTOS

	Regulatório	
	2011	2010
Coligada	-	1.776
PCH Santa Rosa S.A.	-	2.831
PCH Santa Rosa S.A. - Capital a integralizar	-	(1.055)
Avaliadas pelo custo de aquisição	108	108
SC Geracoop	5	5
Fecoerusc	4	4
Cooperativa extremo sul	25	18
Sicoob/SC - Credija	121	81
Total	155	1.884

O investimento é consolidado em informações dos órgãos e garantido em cláusulas estatutárias. Nas cooperativas singulares, federações de cooperativas e cooperativas centrais reguladas pela lei nº 5.764/71 a percentagem de participação no capital social não é determinação na votação das decisões. Independente do percentual cada associado (a) tem direito a um voto.

5. IMOBILIZADO

5.1. Ajuste

Ativo imobilizado - Bens que compõem a infraestrutura do sistema de distribuição de energia elétrica – base de remuneração regulatória.

O ajuste ocorre pela anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas no ICPC 01 e OCPC 05, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

5.2. Imobilizado em serviço

				2011	2010
	Custo	Depreciação e Amortização acumulada	Obrigações Especiais vinculadas	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	34.459	9.218	359	24.882	22.626
Custo histórico	34.459	9.218	359	24.882	22.626
Comercialização	47	14	-	33	33
Custo histórico	47	14	-	33	33
Administração	1.907	742	-	1.165	2.509
Custo histórico	1.907	742	-	1.165	2.509
	36.413	9.974	359	26.080	26.601
Em curso	1.773	-	-	1.773	1.773
Distribuição	1.773	-	-	1.773	1.773
Comercialização	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-
	1.773	-	-	1.773	1.773
Total	38.186	9.974	359	27.853	28.374

5.3. Vida útil e taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação foram aplicadas pelo método linear determinadas pela resolução Aneel nº 240/2006 e atualizada pela Resolução Aneel nº. 367/2009 que são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores – tensão < 69 kV	6,7
Chave de distribuição - tensão < 69 kV	6,7
Condutor do sistema - tensão < 69 kV	5,0
Equipamento geral	10,0
Estrutura do sistema - tensão < 69kV	5,0
Medidor	4,0
Regulador de tensão	4,8
Religador	4,3
Transformador de distribuição	5,0
Edificação	4,0
Veículos	20,0

Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento geral	10,0
Edificação	4,0
Veículos	20,0

Comercialização	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento geral	10,0
Veículos	20,0

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão/permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

5.4. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a retornos ao doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

5.5. Manual de Controle Patrimonial

A Resolução Normativa Aneel nº 367 de 02 de junho de 2009, aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, a ser utilizado por concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica, cujos bens e instalações, nos termos da legislação vigente, são passíveis de reversão à União.

A 47ª Reunião Pública Ordinária na data de 07/12/2010, a ANEEL prorrogou a vigência da Portaria DNAEE nº 815/94, nos seguintes termos:

“As empresas com revisão tarifária em 2011 e primeiro trimestre de 2012, não necessitam mais antecipar a implantação da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009”;

“A portaria DNAEE nº 815/94, será revogada apenas a partir de 1º de janeiro de 2012, ou seja, a adoção dos procedimentos previstos na Resolução Normativa nº 367/2009, para o Ativo Imobilizado em Curso – AIC fica estendida até a data de 31/12/2011.”

5.6 – Bens totalmente depreciados

Os bens totalmente depreciados devem permanecer registrados no ativo imobilizado, devendo, concomitantemente, ter seu registro no sistema extra patrimonial, a partir de 2011.

A permissionária ao executou o registro do sistema extra patrimonial no exercício de 2011, ficando esta determinação aplicada a partir de janeiro de 2012 com a implantação do controle patrimonial.

6. INTANGÍVEL

6.1. Ajuste

Registro de bens que compõem a infraestrutura do sistema de distribuição de energia elétrica – base de remuneração regulatória.

O ajuste ocorre pela anulação dos efeitos decorrentes da aplicação das orientações contidas no ICPC 01 e OCPC 05, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

6.2. Composição do Intangível

Em serviços	Custo	Amortização acumulada	2011 Valor Líquido	2010 Valor Líquido
Administração		-		
Licença de uso	321	14	307	297
Total	321	14	307	297

7. PASSIVOS REGULATÓRIOS

As disposições abaixo não se aplicam a permissionária visto que as disposições contidas na metodologia SINCOOR não caracterizam a obrigação, portanto não existindo ajuste para este item.

	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"	-	-	-	-	-	-
CVA	-	-	-	-	-	-
Revisão Tarifária	-	-	-	-	-	-
Desconto TUSD e irrigação	-	-	-	-	-	-
Reajuste tarifário	-	-	-	-	-	-
Subvenção Baixa Renda - ganhos	-	-	-	-	-	-
Neutral. dos encargos setoriais	-	-	-	-	-	-
Outros Componentes financeiros	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

8. RESERVAS DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Não existe ajuste para esse item.

9. SOBRAS ACUMULADAS

Não existe ajuste para esse item.

10. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

10.1. Fornecimento energia elétrica

	Nº de Consumidores		MWh		Legislação Societária	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Consumidores						
Residencial	8.970	8.777	20.060	18.521	3.764	3.492
Industrial	390	228	53.510	48.471	9.934	8.775
Comercial	868	852	9.356	7.803	1.889	1.570
Rural	671	765	2.686	2.998	300	335
Poder público	98	105	653	655	129	131
Iluminação pública	6	6	3.826	3.705	452	374
Serviço público	10	8	94	73	17	14
Consumo próprio	3	3	82	75	-	-
Renda não faturada	-	-	-	-	(85)	41
Total	11.016	10.774	90.267	82.301	16.400	14.732

10.2 - Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2011	2010
Residencial	4.286	3.973
Industrial	8.117	6.817
Comercial	1.879	1.685
Rural	341	381
Poder público	149	149
Iluminação pública	514	426
Serviço público	19	16
Total	15.305	13.447

11. RECEITA DE ATIVIDADE NÃO VINCULADA

A permissionária não possui atividades não vinculadas, portanto não existe ocorrência para esse item.

12. OUTRAS RECEITAS VINCULADAS

12.1. Ajuste

Anulação dos efeitos da aplicação das orientações contidas no CPC 17, na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

Eliminação da receita de construção e do correspondente custo.

12.2. Composição

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receita de construção	4.444	-
Despesas de construção	(4.444)	
Administração Cosip	94	52
Serviço taxado	51	44
Compartilhamento de infraestrutura	216	216
Total	361	312

13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PACELA “A”

Estão descritos no balanço regulatório sem ajuste para esse item.

14. RESULTADO EXTRAPERMISSÃO

	Legislação Societária	
	2011	2010
Resultado financeiro	(1.457)	(1.870)
Resultado não operacional	(607)	(725)
Total	(2.064)	(2.595)

14.1. Resultado financeiro

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receita financeira	398	1.145
Despesa financeira	(1.855)	(3.015)
Total	(1.457)	(1.870)

14.1.1 Receitas financeiras

	Legislação Societária	
	2011	2010
Descontos obtidos	1	7
Multa por atraso no pagamento de energia	234	212
Juros por atraso no pagamento de energia	131	904
Outras receitas financeiras	32	23
Total	398	1.146

14.1.2. Despesas financeiras

	Legislação Societária	
	2011	2010
Juros sobre financiamentos	1.247	1.002
Juros sobre outras obrigações	669	462
Juros sobre obrigações fiscais	0	154
Multas sobre obrigações fiscais	3	105
Multas sobre outras obrigações	28	1
Tarifas bancárias	12	18
IOF	96	81
AVP – NBC – TG 12	(244)	1.178
Outras despesas financeiras	44	14
Total	1.855	3.015

14.2. Resultado não operacional

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receita não operacional	8	21
Despesas não operacionais	(615)	(746)
Total	(607)	(725)

14.2.1. Receitas não operacional

	Legislação Societária	
	2011	2010
Sobras apuradas em inventário	4	1
Ganho na alienação de direitos	4	20
Total	8	21

14.2.2. Despesas não operacionais

	Legislação Societária	
	2011	2010
Perdas na desativação de bens	544	174
Utilização de recursos FATES	71	572
Total	615	746

Armando Bif
Presidente
CPF 582.841.099-72

Silesio do Nascimento
Contador
CRC/SC 27.497-O-7

PARTICIPAÇÕES

Produção

Silesio do Nascimento

Departamento de Contabilidade

Hesmezenrik Giordani Nunes

Assessoria de Regulação

Supervisão e Revisão

Antonio Carlos de Pellegrin

Gerência Administrativa

Colaboração

Samuel Salvan Sartor

Departamento de Gerência da Distribuição

Flávia Espindula Bittencourt

Departamento de Gestão Ambiental

Daniel Barcelos João

Departamento de Gestão da Qualidade

Andréia da Silva Vasconcelos

Departamento Financeiro

Maricelia Maccari Machado

Departamento de Contabilidade

Jorge José Graciano

Departamento de Recursos Humanos

Cristiano Crivelaro Dickel

Auditor Independente - Dickel & Maffi

Auditoria Independente

Dickel & Maffi Auditoria e Consultoria S/S

Porto Alegre/RS

Roteiro editorial e conteúdo

- Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971;
- Resolução do CFC nº 1.255/2009 alterada pela resolução CFC nº 1.329/2011;
- MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001;
- Resolução normativa ANEEL nº 396, de 23/02/2010;
- Despacho nº 4.991 SFF/ANEEL de 29/12/2011; e
- Estatuto social.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Flavio José Comandolli

Alexandre Barcelos João

Ricardo Meneghel

Fernando Militão